

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**MARINA LUI VIEIRA DOS SANTOS**

***PESQUISAR GÊNERO É UMA ATIVIDADE FEMINISTA?***

Um estudo da produção de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política da UFRGS (1977-2020)

**Porto Alegre  
2022**

**MARINA LUA VIEIRA DOS SANTOS**

***PESQUISAR GÊNERO É UMA ATIVIDADE FEMINISTA?***

Um estudo da produção de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política da UFRGS (1977-2020)

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Jussara Reis Prá

**Porto Alegre  
2022**

### CIP - Catalogação na Publicação

Vieira dos Santos, Marina Lua  
PESQUISAR GÊNERO É UMA ATIVIDADE FEMINISTA? Um  
estudo da produção de teses e dissertações do Programa  
de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS  
(1977-2020) / Marina Lua Vieira dos Santos. -- 2022.  
50 f.  
Orientadora: Jussara Reis Prá.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. gênero. 2. feminismo. 3. educação. I. Reis Prá,  
Jussara, orient. II. Título.

**MARINA LUA VIEIRA DOS SANTOS**

***PESQUISAR GÊNERO É UMA ATIVIDADE FEMINISTA?***

Um estudo da produção de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política da UFRGS (1977-2020)

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Jussara Reis Prá

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Doutora Luciana Garcia de Mello  
PPGS - UFRGS

---

Professora Doutora Maria Lucia de Freitas Rodrigues Moritz  
PPGCPol - UFRGS

---

Professora Doutora Rosana Soares Campos  
PPGCPol - UFSM

---

Professora Doutora Tatiana Vargas Maia  
PPGEEI - UFRGS

*Dedicado à Marina de 2020.*

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender se a inclusão do gênero em pesquisas na Ciência Política é necessariamente uma atividade feminista. Parto de um aporte teórico que entende gênero, política e feminismo como assuntos intrinsecamente ligados. Para isso, proponho um estudo sobre a produção discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por três razões: meu *locus* enquanto bolsista de mestrado, o fato do programa ser um dos mais antigos do Brasil, e duas pesquisas do PPGCom da UFRGS, que demonstraram que a universidade é uma das instituições de ensino superior que mais produz sobre gênero no país. Em termos de tratamento e de análise dos dados, são considerados 548 trabalhos divididos entre conclusões de mestrado e de doutorado, defendidos entre 1977 e 2020 no PPGCP da UFRGS. A análise dos dados demonstrou que os trabalhos se dividiram entre aqueles que não utilizam gênero nem mesmo como categoria descritiva equivalente a mulher; aqueles que utilizam gênero de maneira descritiva, mas sem aprofundamento na temática e sem nenhum tipo de identificação enquanto pesquisa feminista e aqueles que se apresentam como trabalhos sobre gênero e que se identificam enquanto trabalhos feministas. Assim, entre todos os trabalhos, ainda é baixo o número de pesquisas focadas direta ou indiretamente nas relações de gênero; mas entre as que abordaram gênero como temática complexa, a maioria se apresentou, em algum nível, enquanto pesquisa de cunho feminista.

**Palavras-chave:** gênero. ciência política. produção acadêmica. feminismo. pós-graduação.

## ABSTRACT

The main goal of this work is to understand whether the inclusion of gender in research in Political Science is necessarily a feminist activity. I start from a theoretical framework that understands gender, politics and feminism as intrinsically linked issues. For this, I propose a study on the student production of the Graduate Program in Political Science at the Federal University of Rio Grande do Sul, for three reasons: my locus as a master's scholarship, the fact that the program is one of the oldest in Brazil, and two surveys by the PPGCom of UFRGS, which showed that the university is one of the higher education institutions that produces the most on gender in the country. In terms of data processing and analysis, 548 works are considered, divided between master's and doctoral conclusions, defended between 1977 and 2020 at the PPGCP of UFRGS. Data analysis showed that the works were divided between those that do not use gender even as a descriptive category equivalent to women; those who use gender in a descriptive way, but without in-depth research on the subject and without any type of identification as feminist research and those who present themselves as works on gender and who identify themselves as feminist works. Thus, among all the works, the number of researches focused directly or indirectly on gender relations is still low; but among those that addressed gender as a complex theme, most presented themselves, at some level, as feminist research.

**Key-words:** gender. political science. academic papers. feminism. graduation studies.

### **Apoio de financiamento CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.



## SUMÁRIO

ARTIGO _____	5
Apresentação _____	6
Introdução _____	6
Pesquisar gênero é uma atividade feminista? _____	11
A Ciência Política no Brasil _____	19
Escolhas metodológicas e dados analisados _____	24
Conclusões _____	31
Bibliografia _____	35
Teses e dissertações analisadas _____	39

## ***PESQUISAR GÊNERO É UMA ATIVIDADE FEMINISTA?***

Um estudo da produção de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política da UFRGS (1977-2020)

Marina Lua Vieira dos Santos

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é compreender se a inclusão do gênero em pesquisas na Ciência Política é necessariamente uma atividade feminista. Parto de um aporte teórico que entende gênero, política e feminismo como assuntos intrinsecamente ligados. Para isso, proponho um estudo sobre a produção discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por três razões: meu *locus* enquanto bolsista de mestrado, o fato do programa ser um dos mais antigos do Brasil, e duas pesquisas do PPGCom da UFRGS, que demonstraram que a universidade é uma das instituições de ensino superior que mais produz sobre gênero no país. Em termos de tratamento e de análise dos dados, são considerados 548 trabalhos divididos entre conclusões de mestrado e de doutorado, defendidos entre 1977 e 2020 no PPGCP da UFRGS. A análise dos dados demonstrou que os trabalhos se dividiram entre aqueles que não utilizam gênero nem mesmo como categoria descritiva equivalente a mulher; aqueles que utilizam gênero de maneira descritiva, mas sem aprofundamento na temática e sem nenhum tipo de identificação enquanto pesquisa feminista e aqueles que se apresentam como trabalhos sobre gênero e que se identificam enquanto trabalhos feministas. Assim, entre todos os trabalhos, ainda é baixo o número de pesquisas focadas direta ou indiretamente nas relações de gênero; mas entre as que abordaram gênero como temática complexa, a maioria se apresentou, em algum nível, enquanto pesquisa de cunho feminista.

**Palavras-chave:** gênero. ciência política. produção acadêmica. feminismo. pós-graduação.

**Abstract:** The main goal of this work is to understand whether the inclusion of gender in research in Political Science is necessarily a feminist activity. I start from a theoretical framework that understands gender, politics and feminism as intrinsically linked issues. For this, I propose a study on the student production of the Graduate Program in Political Science at the Federal University of Rio Grande do Sul, for three reasons: my locus as a master's scholarship, the fact that the program is one of the oldest in Brazil, and two surveys by the PPGCom of UFRGS, which showed that the university is one of the higher education institutions that produces the most on gender in the country. In terms of data processing and analysis, 548 works are considered, divided between master's and doctoral conclusions, defended between 1977 and 2020 at the PPGCP of UFRGS. Data analysis showed that the works were divided between those that do not use gender even as a descriptive category equivalent to women; those who use gender in a descriptive way, but without in-depth research on the subject and without any type of identification as feminist research and those who present themselves as works on gender and who identify themselves as feminist works. Thus, among all the works, the number of researches focused directly or indirectly on gender relations is still low; but among those that addressed gender as a complex theme, most presented themselves, at some level, as feminist research.

**Key-words:** gender. political science. academic papers. feminism. graduation studies.

---

## **Apresentação**

*ou por que este trabalho existe*

Esta pesquisa se encontra na intersecção de algumas perspectivas construídas ao longo dos últimos anos, sendo fundamental contextualizar os motivos de sua existência. Enquanto mulher, formada em Ciências Jurídicas e Sociais, estudante de um mestrado de Ciência Política, em uma universidade pública federal e com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, deparei com desafios que eu não sabia existirem. O maior deles, compartilhado por colegas, que posteriormente se tornaram amigas, residia no fato de que pesquisar gênero e feminismo na área poderia encontrar resistências e alguma solidão.

Entre os encontros do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulheres e Gênero - NIEM, as disciplinas sobre gênero e feminismo cursadas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política, em Sociologia e em Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/UFRGS<sup>1</sup>, e as conversas nos intervalos das aulas, em um tempo ainda pré-pandêmico, construiu-se, para mim, a necessidade inescusável de entender a história da disciplina, o lugar dos estudos de gênero e feminismo e a ligação, que parecia indissociável, entre eles. Em diversos espaços, ao longo do primeiro ano do mestrado, cursado felizmente de forma presencial, tive acesso às discussões sobre a necessidade de uma prática feminista no fazer científico, pautada na preocupação com alguma mudança social e, no limite, comprometida com a subversão do *status quo*. Agradeço, por isso, às amigas Florência Guarche, Amanda Cegatti, Íris Nabolotnyj, Vanessa Lazzaretti e, principalmente, à Professora Jussara Prá, inspiração perene para quem pesquisa gênero e feminismo. Viver a Ciência Política academicamente, em meio a tantas mulheres que passei a admirar, é o que deu início à minha escrita.

## **Introdução**

*ou o que eu levei em conta na construção deste trabalho*

Uma palavra repetida muitas vezes perde o sentido. Perguntar se pesquisar gênero era uma atividade feminista perdeu sentido em diversas ocasiões para mim. Um pouco pela simplicidade aparente do questionamento, um pouco pela provável obviedade da resposta, um pouco pela crescente complexidade da análise. O que pesquisar gênero significava? O que

---

<sup>1</sup> Teoria Política Feminista, ministrada pela Professora Maria Lúcia Moritz; As múltiplas faces do feminismo, ministrada pelas Professoras Luciana Mello e Vanessa Marx; e Antropologia das Relações de Gênero e da Sexualidade, ministrada pela Professora Fabíola Rohden e pelo doutorando Lucas Besen.

gênero significava? O que atividade feminista significava? Ao longo deste trabalho, “pesquisar gênero” assumiu pelo menos três significados: i. incluir gênero na pesquisa, ainda que de forma indireta; ii. alocar gênero como elemento central da pesquisa e iii. não falar de gênero em nenhum momento (afinal, não tematizar gênero na Ciência Política é uma forma de tematizar o tema). A fim de responder à pergunta de pesquisa, “gênero” foi considerado tanto enquanto categoria descritiva e/ou ferramenta de análise, quanto como fato político complexo (KRAUSS, 1974, p. 1707). Em seguida, “atividade feminista” significou algum nível de compromisso explícito com uma visão feminista de mundo (PRÁ, 2014, p. 171), expressa no corpo do texto pela/pelo autora/autor do trabalho. Sanadas as questões mais imediatas e importantes para a compreensão do que apresento a seguir, dou início à escrita.

Começo lembrando que Marlise Matos já havia perguntado, é bem verdade, se “Todas as pesquisas e reflexões teóricas que têm gênero no seu escopo são necessariamente feministas?” (MATOS, 2008, p. 333). A autora refletiu sobre a história dos estudos de gênero, estabelecidos em meados dos anos 1970 e disseminados a partir dos anos 1980 nas ciências. Ilze Zirbel, em sua dissertação de mestrado intitulada “Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate” é bastante feliz e extremamente útil ao fazer um resgate sobre o estabelecimento dos estudos de gênero no Brasil, ainda que de forma mais abrangente do que a que abordo aqui.

Há uma lacuna de estudos de gênero na Ciência Política no Brasil (assim como em diversas outras áreas do conhecimento) e pelo menos duas formas de acessar o que essa lacuna significa. Uma delas diz respeito aos estudos de gênero de maneira abrangente no Brasil e, desse ponto de vista, a incorporação desse tipo de abordagem talvez não tenha sido muito diferente do que aconteceu em outras áreas; outra forma de acessar, mormente a que escolho neste trabalho, diz respeito à noção de que os estudos de gênero na Ciência Política cumprem um papel fundamental, mesmo quando não tematizados. Argumento, assim, que a Ciência Política, como universo de estudo de relações de poder ou como universo de estudo do Estado, ou da Democracia, não deveria poder se esquivar da inclusão do gênero como categoria, ainda que descritiva, desde o seu início.

Argumento, nesse sentido, que a Ciência Política se entendeu enquanto ciência de forma muito próxima à *práxis* política, com especial atenção ao contexto norte-americano do final do século XIX e início do século XX (EASTON, 1985; LEITE; FERES, 2021). Não é possível ignorar, dessa maneira, a composição essencialmente masculina do campo, em

ligação direta com a composição dos espaços públicos de poder na política institucional na época de sua criação, ou pelo menos da versão mais difundida de seu início.

Paralelo aos esforços de reconhecimento da política enquanto ciência, diversos outros movimentos começavam a surgir de maneira mais estruturada; um deles, o Movimento Feminista, trouxe consigo questionamentos e tensionamentos capazes de revolucionar as dinâmicas de gênero (SARDEMBERG, 2001; RAGO, 1998), com especial atenção àquelas que se davam nos espaços públicos de decisão. Para Céli Pinto (2010, p. 15), “Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise”; para os fins deste trabalho, interessa de forma particular a produção teórica na área da ciência política, mais do que as ações do movimento. É na produção teórica que encontramos os melhores modelos explicativos de como se constroem e se perpetuam os espaços ocupados por homens e por mulheres nos âmbitos público e privado da vida em sociedade; é também a partir da produção teórica que se formam os tensionamentos mais fortes dentro da Ciência Política enquanto campo autônomo do conhecimento.

Para Krauss (1974, p. 1707), gênero é um fato político “diretamente relacionado com a socialização política que recebemos quando crianças, o direito a que estamos submetidos, a distribuição desigual de valores sociais e as micro e macro relações de poder de homens e mulheres<sup>2</sup>.” Se gênero pode ser considerado um fato político, o feminismo, enquanto movimento político preocupado sobretudo com as dinâmicas sociais de gênero (ainda que não só) se torna fundamental em análises que, se o dispensam, tendem a perder capacidade explicativa. O motivo pelo qual tanto gênero, quanto feminismos ainda são conceitos incomuns dentro da Ciência Política no Brasil, tanto considerando a estrutura dos Programas de Pós-Graduação, quanto analisando as teses e dissertações defendidas no âmbito desses Programas nos últimos anos, passa pela gênese da disciplina, abordada por autores que apontam o reflexo direto de uma formação essencialmente norte-americana, masculina e branca. (FORJAZ, 1997; GOMES, 1996; MÖRSCHBÄCHER, 2018).

Por certo, não há nenhuma área do conhecimento que não tenha recebido críticas pela ausência de mulheres, ou pela invisibilização de temas ligados às relações de gênero e

---

<sup>2</sup> directly related to the political socialization the child will receive, the law which he or she will need to abide by, the differential distribution of social values, and the micro and macro power relations of men and women”.

feminismos; mas na Ciência Política o cenário é especialmente delicado, em razão do objeto de estudo, o Estado - e todas as dinâmicas relacionadas a ele. A relação entre prática e teoria na Ciência Política é singular, com ações políticas capazes de influenciar nas epistemologias da Ciência Política e com esforços teóricos que podem contribuir de maneira positiva ou negativa para a forma como a política da vida real se estrutura. Para Joan Acker (1992, p. 565, tradução nossa) “teorias que silenciam sobre gênero são fundamentalmente falhas”. Para Joan Scott (1986, p. 1067, tradução nossa) “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos, ao mesmo tempo em que é a maneira primária de significar relações de poder”.

No caso do gênero, muitos autores ainda o utilizam como sinônimo de sexo, ou mais recentemente como sinônimo de mulheres; alguns escolhem deliberadamente não o utilizar em suas análises e alguns o utilizam como um marcador de relações sociais entre homens e mulheres (SCOTT, 1995; LOVENDUSKI, 1998; BECKWITH, 2005). No caso dos feminismos, as divergências tendem a ser ainda maiores, porque envolvem um número bem maior de variáveis, entre as quais pode estar o conceito de gênero.

É evidente que o feminismo não se constituirá em um modelo explicativo, homogêneo e monolítico. Pelo contrário, estamos à frente de um complexo de visões e práticas articuladas em torno de um ponto de vista básico: a análise e a contestação da estrutura patriarcal de nossa sociedade. Apesar deste eixo comum, o feminismo produz vários modos de ver e explicar a constituição dos gêneros e a opressão de um sobre o outro. Essas diferenças teóricas se tornam facilmente perceptíveis na forma pela qual cada uma dessas tendências compreende e analisa o gênero (VICENTINI, 1989, p. 49)

Assim, se o feminismo liberal sempre primou pela igualdade entre homens e mulheres, o feminismo negro chamou a atenção para o fato de que as pautas de um feminismo branco e de classe média não eram as mesmas que as suas (BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003; hooks, 2015); se o feminismo interseccional entende que há uma justaposição de opressões entre gênero, raça e classe (CRENSHAW, 2002), o feminismo marxista atribuiu ao sistema capitalista, e a instituição da propriedade privada, a raiz de muitas das opressões sofridas em função do gênero (FEDERICI, 2012).

Esses conflitos estão para o Feminismo, assim como os conflitos internos de temas e de abordagens estão para a Ciência Política. Fazer com que os dois campos conversem e contribuam para o avanço de ambos, portanto, é tarefa das mais complexas, tanto em função das dinâmicas de gênero, quanto em função das dinâmicas de poder; se acrescentarmos variáveis como raça e classe à equação, a tarefa é ainda mais intrincada.

Apesar disso, nas últimas décadas muito se tem produzido sobre a participação de mulheres na política institucional, no acesso a cargos públicos, nos processos de tomada de decisão, na existência ou não de uma diferença entre os caminhos percorridos por homens e por mulheres no meio político (BIROLI, 2017, p. 175). A atenção em relação ao “fazer ciência política”, no entanto, permanece aquém de seu potencial, mesmo quando gênero não é uma variável na equação; assim, se trabalhos epistemológicos sobre ciência política são escassos, aqueles que se encarregam de uma análise conjunta das duas áreas são ainda mais difíceis de encontrar. Isso se deve à forma como a prática política está organizada, mas não só. A forma como aprendemos e como ensinamos Ciência Política é parte do problema, sendo, por isso mesmo, também parte da solução.

A forma como o conhecimento é dividido e subdividido em disciplinas é politicamente moldado pela dominação na academia de homens privilegiados. E que nos impele para além das fronteiras disciplinares em busca de respostas às nossas perguntas (MAGAREY, 2014, p. 192, tradução nossa)<sup>3</sup>.

perspectivas de gênero (masculinistas nos seus pressupostos) que não tematizam as relações de gênero constituem largamente os programas das disciplinas nos níveis de graduação e pós-graduação, sem que as críticas feministas sejam incluídas (BIROLI, 2017, p. 186).

Dessa forma, mais do que fazer perguntas como “onde estão as mulheres na Política”, “como mulheres se comportam politicamente”, “qual a influência de mulheres nas dinâmicas institucionais”, perguntamos, em um primeiro momento, se as pesquisas sobre gênero na Ciência Política têm, efetivamente, assumido um compromisso feminista, a fim de não esvaziar o gênero que, frequentemente, é tratado apenas como categoria descritiva. Para isso, importa considerar que “A Política é generificada e para entendê-la nós precisamos do feminismo (ACKERLY, TRUE, 2018, p. 259, tradução nossa).

O esforço deste artigo se situa enquanto primeiro movimento de mapeamento sobre gênero em um Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil. Para isso, analiso a produção acadêmica do PPGCP/UFRGS desde a data da primeira defesa, em 1977 até o final de 2020. Utilizo uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva para analisar 548 teses e dissertações. Para tanto, trabalho com a base de dados mantida pelo Programa, como primeiro filtro, em combinação com a Plataforma Lume, disponibilizada pela UFRGS, com os trabalhos completos. Entre os 548 trabalhos, foi possível identificar três grandes grupos, aqueles que não tratavam de gênero em nenhum momento, nem mesmo como variável

---

<sup>3</sup> No original: that the way that knowledge is divided and subdivided into disciplines is politically shaped by the domination in the academy of privileged men. And that impels us beyond disciplinary boundaries in search of answers to our questions (MAGAREY, 2014, p. 192).

descritiva; aqueles que utilizaram gênero como variável descritiva, ou como variável de análise; e aqueles que apresentaram gênero a partir de uma visão complexa. Nesse último grupo, ainda foi possível identificar trabalhos explicitamente feministas, ou claramente comprometidos com métodos feministas e aqueles que, em que pese se encaixem perfeitamente na ligação entre gênero e feminismo, não se declararam feministas.

### **Pesquisar gênero é uma atividade feminista?**

*ou como eu acessei as perguntas que me fiz ao longo da pesquisa*

Houve uma evolução nas últimas décadas em relação ao que gênero poderia significar (aliás, os estudos de gênero estão longe de adotar uma só visão de mundo), desde a mais básica diferenciação entre masculino e feminino, servindo quase como sinônimo de sexo; passando por uma diferenciação entre o que era dado biológico e o que era construção social; alcançando um status complexo que envolve o imbricamento de macroestruturas de poder, entre outras diversas conceituações possíveis. Em relação à ciência de maneira mais geral, os estudos de gênero partiram de reflexões e inquietações feministas, comprometidas com a mudança de um espaço essencialmente masculino - com pouca ou nenhuma participação de mulheres e, mais do que isso, com pouca ou nenhuma preocupação com os resultados advindos de pesquisas que não consideravam gênero sequer como variável descritiva.

Na Ciência Política, uma disciplina ainda hoje muito masculina e com espaço crescente (ainda que insuficiente) para os estudos de gênero, as temáticas envolvendo o conceito ainda são subexploradas. São poucos os Programas de Pós-Graduação com um Núcleo de Pesquisa dedicado a gênero; muitos departamentos não têm nenhuma linha de pesquisa dedicada aos estudos na área de gênero e política. A pergunta “por que tratar a questão de gênero?”, que serve como subtópico no trabalho “A Cultura Política Porto-Alegrense: Tributos e Confiança Institucional” (LINHARES, 2006), defendido no PPGCP/UFRGS é um exemplo de como a pesquisa sobre gênero, ou mesmo seu uso enquanto variável descritiva, encontra-se em um espaço de constante justificação e validação.

Na ciência, de forma mais abrangente, as últimas décadas foram o *locus* temporal de uma prolífica produção sobre gênero, principalmente através de críticas feministas. Observamos o questionamento do fazer científico pretensamente neutro e da ideia de uma ciência objetiva descorporificada (HARAWAY, 1995), que na verdade era branca e masculina; passamos pela incorporação de lentes feministas e do desvelamento de uma cegueira



epistemológica (LUGONES, 2008) na pesquisa, até chegarmos na elaboração de estratégias para mudanças reais em como pensamos e produzimos cientificamente, a partir da noção de que relações de gênero importam, independente do contexto de pesquisa.

Recentemente, em dois estudos produzidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constatou-se que a universidade é uma das instituições em que mais se pesquisa sobre gênero no país, figurando entre as 10 primeiras, em um universo de 236 pesquisadas. Fruto de pesquisas de mestrado e de doutorado, realizadas e orientadas por mulheres, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRGS), “Estudos de gênero no Brasil: produção, colaboração e citações no periódico *Cadernos Pagu*” (MEDEIROS, 2021) e “Retratos da pesquisa brasileira em estudos de gênero: análise cientométrica da produção científica” (HOPPEN, 2021), elencam a importância desse tipo de produção.

Apesar de figurar como umas das universidades que mais produzem sobre gênero no país, quando nos voltamos para a análise de uma área de estudos específica, a situação pode ser diferente. Maria Cândido Rangel, João Feres Júnior e Augusto Campos (2019), por exemplo, em pesquisa sobre quem é a elite da Ciência Política brasileira, ou seja, quem coordena Programas de Pós-Graduação no país e, por consequência, é determinante na escolha dos conteúdos programáticos, do que se ensina e se aprende no campo, concluiu que a Ciência Política é a mais masculina das ciências sociais (CÂNDIDO, FERES, CAMPOS, 2019). Em comparação com as irmãs Sociologia e Antropologia, a Ciência Política ainda é dominada por homens brancos, com pouca entrada de mulheres nos cânones da disciplina e, ainda menos, de pessoas não brancas.

Para Virginia Sapiro (1995), há um problema de desatenção ao gênero dentro da Ciência Política. Desatenção causada pela posição estrutural de mulheres no campo, mas também por questões epistemológicas nem sempre desafiadas. Para Flávia Biroli (2017), gênero trata de relações de poder e a política é sobre poder; assim, uma Ciência Política que escolhe não falar sobre gênero, não cumpre o seu papel.

Mas o que exatamente é falar de gênero ou tematizar gênero em pesquisas? Basta que se considere a diferença entre feminino e masculino? Basta que se reconheçam relações de poder desiguais entre homens e mulheres? Para algumas teóricas, gênero apenas como variável não é suficiente. Há uma ligação necessária entre gênero e feminismo, porque os estudos de gênero só existem em função dos questionamentos feitos a partir dos movimentos feministas;

não há pesquisa de gênero sem feminismo, porque sem o feminismo não há questionamento estrutural; “ a teoria política é teoria de gênero, ainda que nenhuma palavra seja dita sobre o assunto (BIROLI, 2017, p. 177). São as críticas feministas as responsáveis pelo questionamento da ciência enquanto campo de atuação neutro e objetivo (HARAWAY, 1995; KELLER, 1982).

Ao pensar a criação da desatenção em relação aos estudos sobre gênero na Ciência Política, há uma afirmação basilar importante a ser feita, a de que a Ciência Política, enquanto área autônoma de conhecimento e campo profissional organizado<sup>4</sup>, constituiu-se de maneira androcentrada (ACKER, 1992; LOVENDUSKI, 1998, p. 333; SAPIRO, 1995, p. 69; TOLLESON-RINEHART; CARROLL, 2006; FREIDENBERG, 2019, p. 28) e permanece como campo essencialmente masculino até hoje (CÂNDIDO, FERES, CAMPOS, 2019).

Partindo do pressuposto de que a afirmação da constituição androcentrada da Ciência Política não seja tão óbvia aos observadores menos atentos, interessam aqui alguns apontamentos. Joan Acker, uma das primeiras teóricas a escrever sobre instituições generificadas, apontou para a possibilidade de vermos o gênero como um “princípio básico da estrutura social e da interpretação cultural” (ACKER, 1992, p. 565), no sentido que não é possível tecer qualquer análise político-social sem considerar os impactos do gênero na equação; nas palavras de Acker: “O termo ‘instituições generificadas’ significa que o gênero está presente nos processos, nas práticas, imagens e ideologias, e distribuições de poder nos mais variados setores da vida em sociedade”<sup>5</sup> (ACKER, 1992, 567), como é possível então que a maioria das pesquisas conduzidas dentro da Ciência Política se neguem a tematizar as relações de gênero dentro de suas análises?

Joan Scott (1986) pondera a ideia de gênero como um processo e não como mera característica física diferenciadora. A virada de chave na percepção de que gênero podia ir além do binômio masculino-feminino é fundamental para pensarmos nos significantes da afirmação de que a Ciência Política foi constituída como um campo essencialmente androcentrado e que se mantém assim até hoje.

Mais do que chamar atenção para a época em que a Ciência Política se institucionaliza, no entanto, com a criação de cursos, de postos de trabalho, de departamentos em

---

<sup>4</sup> João Feres Júnior (2000) afirma que, nessa definição, a Ciência Política é uma invenção norte-americana

<sup>5</sup> No original: The term "gendered institutions" means that gender is present in the processes, practices, images and ideologies, and distributions of power in the various sectors of social life”

universidades importantes, do crescente número de revistas especializadas e de financiamentos para pesquisas na área nos anos que se seguiram (FERES, 2000), cumpre olhar para os efeitos dessa formação na atualidade<sup>6</sup>. Maria Rangel Cândido, João Feres e Luis Augusto Campos (2019) oferecem uma das pesquisas mais completas sobre o tema no Brasil, em que uma das muitas conclusões é a de:

“que a Ciência Política é a área com presença masculina mais elevada entre os docentes (67%), enquanto a Sociologia é mais equilibrada (53%) e a Antropologia tem leve predominância de mulheres (52%)” (...) A intensa predominância masculina praticamente não se altera nem quando as instituições de mestrado e doutorado de Ciência Política e Relações Internacionais são vistas separadamente” (...) “Não obstante, 25 instituições têm população masculina de docentes igual ou superior a 60%, com dois departamentos exclusivamente compostos por homens” (CÂNDIDO, FERES, CAMPOS, 2019, p. 573)

O que os autores analisaram não é uma tendência recente, ou uma virada comportamental no campo, mas um padrão generificado que se encontra na origem da disciplina, tornando-a “a mais masculina das grandes áreas das Ciências Sociais” (CÂNDIDO, FERES, CAMPOS, 2019, p. 578). Importa considerar, ainda, que essa configuração masculina da Ciência Política não se restringe ao contexto brasileiro. Há estudos de situação semelhante na Alemanha (ABELS, WOODS, 2015); no Reino Unido (ALLEN; SAVIGNY, 2016); na Finlândia (KANTOLA, 2015), no México (TORRES, ARANZA, VIESCA, 2020).

A desatenção aos estudos de gênero ou a posição estrutural de mulheres dentro da área é uma realidade mesmo em países cujos índices de igualdade de gênero são altos porque a ideia de ciência, amplamente criticada na literatura pela adoção de um sujeito universal masculino branco e de um fazer científico pretensamente neutro (MATOS, 2008, p. 353; RAGO, 1998, MARTIN, 2013, p. 5), ainda é uma realidade constantemente alimentada.

Goodin e Dieter (1998), ironicamente incluídos nos marcadores recém citados, ao escreverem sobre a Ciência Política como disciplina, refletem sobre a definição de disciplina como um conjunto de regras punitivas. Os autores ponderam que, não obstante a disciplina como punição não possa ser efetivamente aplicada ao que entendemos como disciplina acadêmica, não há como negar que a comunidade científica que constitui uma coletividade, no

---

<sup>6</sup> “A entrada da Ciência Política no ambiente acadêmico ocorreu somente sete décadas após os debates sobre a Constituição. Em 1857, o imigrante alemão Francis Lieber foi nomeado catedrático em História e Ciência Política pela Universidade de Columbia, o primeiro posto desse tipo a ser criado na academia americana. Em 1880, na mesma universidade, foi criado o primeiro departamento de Ciência Política, sob a direção de John W. Burgess. Finalmente, em 1903, a Associação Americana de Ciência Política (APSA) se consolidou”. (FERES JÚNIOR, 2000, p. 98)

exercício de determinado conhecimento, preza por uma espécie de ordem do que é bom ou ruim, do que entra ou fica de fora do escopo de estudo de determinada área. Para ambos, são óbvios os ganhos individuais e coletivos em fazer parte dessa disciplina, seja pela possibilidade de colaboração, seja na possibilidade de construção de um conhecimento que passa de uma geração para outra.

Não questiono a abordagem dos autores em relação aos ganhos da inserção de pesquisadores em um ambiente acadêmico bem estruturado, em termos de escopo de estudo, ou de colaboração na construção do conhecimento, mas é preciso questionar de que forma esse escopo é definido, quem determina qual o escopo de estudo dessa Ciência Política ensinada em Programas de Pós-Graduação? De maneira mais reflexiva, se a Ciência Política esteve intimamente ligada à prática política, que, por sua vez, sempre esteve ligada a ideia de masculinidade, de tomada de decisão no espaço público, também uma ideia essencialmente masculina por muito tempo, não é óbvio que haja um problema com os principais assuntos desse escopo aceito pelo consenso da disciplina?<sup>7</sup> Talvez não seja tão óbvio.

Se essa percepção não é óbvia, talvez trazer Patricia Hill Collins (2016) para essa discussão seja ainda menos óbvio, mas em um texto referência para se pensar epistemologia feminista negra, em que a autora argumenta a partir de um contexto norte-americano bastante específico, pode ser ressignificado de acordo com as demandas propostas neste trabalho.

A autora elabora uma discussão sobre a posição de trabalhadoras domésticas, em grande maioria negras, em lares de famílias de classe média nos Estados Unidos; esse cenário guardaria um potencial que só a vivência dupla dessas mulheres poderia explorar. Collins argumenta que estar dentro dessas famílias, sem, contudo, fazer parte delas, conferiria a essas mulheres uma série de *insights* muito particulares, a exemplo da noção de “saberem que não era o intelecto, o talento ou a humanidade de seus empregadores que justificava o seu status superior, mas o racismo” (COLLINS, 2016, p. 99). Esse status de “*outsider within*”, quando transposto para outras realidades, pode ser utilizado para explicar a constituição e a permanência de *insiders* dentro de determinada comunidade.

Com efeito, é esse movimento que Collins (2016) faz ao resgatar a conceituação de paradigma e de revolução científica de Thomas Kuhn. A autora explica, por exemplo, a

---

<sup>7</sup> ver a discussão proposta por Flavia Fleidenberg (2019), no capítulo “La Cegueira de Género en La Ciencia Política Latinoamericana”, parte do editorial “El Género en el Estudio de la Ciencia Política”. A autora cita o fato de que mesmo crescente em termos de criação de programas acadêmicos nas últimas décadas, ainda há um déficit importante na inclusão de gênero como uma ferramenta importante nas análises produzidas pelo campo.

posição de mulheres negras dentro de disciplinas acadêmicas, ou dentro de campos do conhecimento e relata a dificuldade de adaptação a uma comunidade que foi construída a partir de uma série de especificidades que fazem sentido dentro da comunidade.

Se olharmos para a Ciência Política enquanto comunidade que compartilha um determinado conjunto de objetivos, de metodologias de estudo e de visões de mundo (a partir de seus próprios paradigmas) e se considerarmos que essa comunidade, em sua formação, esteve fortemente situada em termos de gênero, de raça e de classe, é possível enxergar quais as origens da desatenção em relação aos estudos de gênero na área. Em outras palavras, se a Ciência Política, enquanto disciplina acadêmica, foi uma criação masculina, branca e de elite, tudo o que fica “de fora” desse padrão tende a, apesar da exclusão, oferecer potencial de análise à margem do que tem se produzido.

Importa-nos, portanto, no contexto específico de análise da Ciência Política enquanto disciplina acadêmica, o exercício de compreender os estudos de gênero em conjunto com os estudos feministas (bem como os estudos raciais), ainda como *outsiders* dentro de uma comunidade acadêmica que determinou seus objetos, entre outros fatores, a partir de uma visão artificial de separação entre espaço público e privado, a partir das elaborações liberais do contrato social, atribuindo, ou aceitando a atribuição, de mulheres ao espaço privado, fora do escopo de estudo, e de homens ao espaço público, central como palco tanto para o Estado, quando para o poder. Embora este trabalho não proponha um debate profundo sobre o assunto, importa situar que as mulheres relegadas ao espaço privado, e os homens donos do espaço público, eram brancos, portanto, muito bem situados em termos de gênero e de raça<sup>8</sup> (PATEMAN, 2013; MILLS, 2013).

Outro tópico importante na temática dos lugares atribuídos às mulheres trata da forma com que operaram a negligência e a neutralidade na construção da teoria política liberal. Em relação a negligência, argumenta Susan Okin (2008) que a teoria política liberal, em sua quase totalidade, ignorou a existência de mulheres em suas teorizações, ao construir um sujeito universal masculino, ocupante dos espaços de tomada de decisão, dos espaços públicos. Outro ponto para o qual Okin chama atenção diz respeito ao fator neutralidade; no sentido de que, em que pese tenha havido uma gradual inclusão em termos de linguagem nas teorizações, os modelos teóricos permaneceram os mesmos. Aqui é possível enxergar uma ligação entre a

---

<sup>8</sup> Para uma discussão sobre as relações entre o Contrato Social de Pateman e o Contrato Racial de Charles Mill, ver o Contrato de Dominação. CHARLES W. MILLS. O contrato de dominação. Meritum – Belo Horizonte – v. 8 – n. 2 – p. 15-70 – jul./dez. 2013

pergunta de pesquisa que este trabalho busca responder, no sentido de que a maioria dos trabalhos na Ciência Política ainda pode ser considerado negligente em termos de abordagem das complexas relações de gênero, com uma parcela considerável de trabalhos que não mais negligenciam a questão, mas a colocam em um espaço quase neutro, ao utilizarem gênero apenas como categoria descritiva, sem aporte teórico ou compromisso explicitamente feminista.

Nos modelos da teoria política liberal, os espaços públicos sempre foram interpretados como espaços acessíveis, espaços de deliberação e de poder; ao passo que os espaços privados foram concebidos como aqueles livres da interferência do Estado (OKIN, 2008). A questão é que essa separação sempre esteve diretamente ligada ao gênero e à raça dos sujeitos, ou seja, homens brancos à frente da tomada de decisão e mulheres (em geral também brancas) confinadas ao espaço doméstico, livre da interferência do Estado, mas não livre da interferência de pais e maridos, por exemplo.

Nós não podemos entender as esferas “públicas” – o estado do mundo do trabalho ou do mercado – sem levar em conta o fato de que são generificadas, o fato de que foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculinas e de que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica. (OKIN, 2008, p. 320)

Com efeito, a construção dessa separação artificial - em que homens foram alocados nas ocupações da vida econômica e política e, portanto, responsáveis por elas, em conjunto com o fato de mulheres terem sido alocadas na esfera doméstica, responsáveis pela domesticidade e reprodução – foi determinante para a divisão sexual do trabalho e concepção do sujeito de direitos: masculino, branco e chefe de família e que, por conseguinte, determinou o sujeito político, tanto na *práxis*, quanto na teoria.

eram também os direitos desses indivíduos a não sofrerem interferência no controle que exerciam sobre os outros membros da sua esfera de vida privada – aqueles que, seja pela idade, sexo ou condição de servidão, eram vistos como legitimamente controlados por eles e tendo sua existência limitada à sua esfera de privacidade (OKIN, 2008, p. 308)

A ideia de neutralidade, de não interferência, segundo Okin (2008), reforçou a dicotomia público/doméstica no sentido de que ao considerar que essa separação é natural, escondem-se os privilégios e as desigualdades de gênero. Assim, quando deixada de fora das teorizações políticas, a esfera doméstica, onde estão alocadas as relações familiares e de cuidado, passa a ser interpretada como se pouca ou nenhuma diferença fizesse para tudo que

se observa na esfera pública. Essa visão, perpetuada até hoje, de formas diversas e complexas, acaba determinando o que é digno de preocupação estatal e o que não é.

Quando o gênero é levado em conta na equação de análise da dicotomia público/doméstica, alguns horizontes se apresentam. Pelo menos um deles diz respeito ao gênero enquanto categoria de análise política e social, no sentido de que não é possível interpretar as desigualdades de gênero presentes na sociedade atual levando em conta apenas outras estruturas contemporâneas, mas que é preciso levar em consideração a própria história do gênero (OKIN, 2008). É precisamente por esse motivo que, para entendermos as dinâmicas desiguais de gênero dentro da Ciência Política, é de fundamental importância que entendamos, também, como ela foi pensada por seus teóricos de referência.

Carole Pateman (2013), em crítica à teoria política liberal, chama atenção para o seu caráter essencialmente patriarcal. A autora argumenta que, em que pese liberalismo e patriarcalismo pareçam diametralmente opostos, em razão do primeiro estar associado ao individualismo e igualdade, enquanto o segundo está associado à hierarquia, ambos sempre estiveram entrelaçados. Isso ocorreu em função do movimento feito por teóricos do contrato social ao definirem quem seria esse sujeito universal, livre e igual; ou seja, ao definirem que esse indivíduo era homem, houve o estabelecimento de uma relação que não mais separaria liberalismo e patriarcalismo (PATEMAN, 2013).

A ficção do indivíduo abstrato, desincorporado é uma grande virtude da teoria democrática liberal; foi feita para garantir a igualdade completa perante a lei. Na sociedade, entretanto, os indivíduos não são iguais; sua desigualdade repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como sendo categóricas (SCOTT, 2005, p. 23)

Considerando essas discussões no âmbito da sociedade democrática atual, é possível compreender que não há possibilidade de avanço se questões basilares como essas não estiverem em pauta. O problema mesmo está na complexidade de pautar determinados assuntos, a exemplo da dicotomia público/privado e da dicotomia igualdade/diferença. Nesse sentido, “O feminismo tem sido visto como um acréscimo de peso decisivo às críticas à democracia liberal e tem considerado essa tradição como particularmente resistente às preocupações de gênero” (PHILLIPS, 2011, p. 340).

O feminismo enquanto teoria e movimento tem colocado no centro do debate os motivos pelos quais nos organizamos politicamente da forma que nos organizamos; por que os espaços públicos são vistos como espaços masculinos, enquanto práticas do cuidado, na

esfera doméstica (mas não só) são vistos como espaços femininos. É, portanto, o feminismo a chave fundamental para avançar nas questões de gênero que as estruturas democráticas nos colocam atualmente, no sentido de que essas questões estiveram presentes desde a origem das primeiras teorizações políticas liberais e, em consequência disso, fizeram-se presentes no imbricamento complexo entre os binômios público/privado e diferença/identidade, entre tantas outras interações que têm influência sobre nossa atual condição.

O fato da Política ter se formado em torno da neutralidade, ou da negligência em relação ao gênero e de que a Ciência Política se formou também sobre essas bases, acabou por reforçar o caráter essencialmente masculino tanto de uma quanto de outra, ou seja, o processo de exclusão sistemática de mulheres dos espaços em que se fazia a política acabou influenciando que elas estivessem, também, fora do escopo de pesquisa da ciência encarregada de estudá-la, refletindo não só nas formulações sobre o que era ou não importante para a Ciência Política, mas determinando quem estaria à frente das disciplinas de ensino (ABELS, GABRIELE; WOODS, 2015; ALLEN; SAVIGNY, 2016; KANTOLA, 2015; MENDES; FIGUEIRA, 2019; MÜGGE; EVANS; ENGELI, 2016; ROQUEÑÍ, 2014).

### **A Ciência Política no Brasil**

#### *ou a necessidade de uma breve contextualização*

Nos primeiros trabalhos sobre a Ciência Política no Brasil, sua história, sua consolidação acadêmica e sua autonomização profissional é possível identificar alguns temas bastante recorrentes. Entre eles está a influência norteamericana, as disputas entre o eixo Minas Gerais e Rio de Janeiro, o antagonismo da Escola Sociológica de São Paulo e o papel da Fundação Ford e da criação da estrutura de Pós-Graduação no Brasil, em meados anos 60<sup>9</sup>. (KEINERT; SILVA, 2010; FORJAZ, 1997; FERES, 2000)

Para Maria Cecília Forjaz, não há como falar da formação da Ciência Política Brasileira sem levar em conta a forte influência de “eventos, instituições e lideranças intelectuais dos centros produtores do "Primeiro Mundo".” (FORJAZ, 1997, p. 2). Tanto ela, quanto Keinert e Silva abordam a consolidação da Ciência Política acadêmica no Brasil a partir de sua relação

---

<sup>9</sup> “Irmã caçula das ciências sociais, a Ciência Política afirma sua identidade a partir de meados dos anos 60” (FORJAZ, 1997, p. 3)



com os eixos Minas Gerais e Rio de Janeiro, em uma disputa por legitimidade dentro das ciências sociais<sup>10</sup>.

Mesmo nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento acadêmico da Ciência Política foi mais intenso e precoce, esse processo significou uma longa batalha intelectual de construção de identidade disciplinar. Tal como no Brasil, durante muito tempo a política foi encarada naquele país como um "ramo" da ciência-mãe, da ciência síntese, a Sociologia. Tratava-se, então, de afirmar a independência da Ciência Política num ambiente intelectual em que ainda eram vigorosas as correntes de cientistas sociais tendentes a encarar a política como uma seção da Sociologia, ou da Economia. (FORJAZ, 1997, p. 3)

Em Keinert e Silva, a automização da Ciência Política no Brasil é descrita como fortemente ligada à conjuntura política que o país vivia na época, com a ascensão de uma ditadura civil-militar. Nesse sentido, para os autores teriam se formado duas frentes de análise, uma que tentava entender as razões para a instauração do regime e outra que se esforçava em delinear novas possibilidades para a restauração de valores democráticos no Brasil. A importância dos financiamentos da Fundação Ford<sup>11</sup>, que enxergava o fomento a instituições acadêmicas e, nelas, nas ciências sociais, potencial de influência na formulação de políticas públicas, também ocupa um espaço de destaque na história.

A adoção da nomenclatura “Ciência Política” para designar o campo disciplinar é um dos sinais mais expressivos da lógica que redefiniu os traços identitários de uma área de estudos, cuja designação mais habitual era dada até então pelo termo “Política”. O sintagma que se cria com a incorporação do termo “Ciência” revela um dos componentes centrais da afirmação de certo perfil intelectual construído em consonância com os novos parâmetros de cientificidade, formulados especialmente no âmbito das ciências sociais praticadas nos Estados Unidos. (KEINERT; SILVA, 2010, p. 81)

Essa incorporação do termo Ciência à Política e sua autonomização no país esteve ligada tanto aos aportes financeiros da Fundação Ford, quanto pela criação do sistema de pós-graduação no Brasil no final dos anos 1960. Houve, assim, uma espécie de sinergia entre os meios financeiros, acadêmicos e políticos para que a Ciência Política se estabelecesse enquanto campo autônomo de conhecimento<sup>12</sup>. (KEINERT; SILVA, 2010; FORJAZ, 1997)

---

<sup>10</sup> O que estamos querendo demonstrar é que a própria forma em que se estruturou o campo das ciências sociais no Brasil não deixou muito espaço, nessa etapa inicial, para o florescimento da reflexão política de cunho acadêmico. (FORJAZ, 1997)

<sup>11</sup> Entre 1967 e 1975, a UFRGS recebeu 422.311 mil dólares em doações da Fundação Ford, tendo a Ciência Política como disciplina prioritária de destino. (FORJAZ, 1997, p. 6)

<sup>12</sup> Maglia e Peres (2017) apresentam uma alternativa quase canônica de fundação da ciência política no Brasil como campo autônomo do conhecimento, em uma análise da evolução da disciplina no Rio Grande do Sul.

Se é possível afirmar um viés masculino, já exaustivamente criticado, da ciência e se esse viés é bastante evidente na ideia do que acabou se definindo como político<sup>13</sup>, não surpreende que a Ciência Política, enquanto disciplina acadêmica, tenha se constituído como domínio pouco preocupado com as relações de gênero enquanto fato político (KRAUSS, 1974, p. 1707).

Permanece, assim, a crítica de que a teoria política (tanto quanto a Ciência Política) se engaja ativamente na exclusão das mulheres – numa normatividade masculinista, androcêntrica e racista – ao apresentar-se como neutra. Isso ocorre por que a “neutralidade” é, de fato, a desconsideração da dominação de gênero como problema político. (BIROLI, 2017, p. 190)

Também não surpreende a afirmação de que “O foco centrado no Estado e o viés masculino impediram a primeira geração de cientistas políticos de ver ou de entender a relevância política duradoura do envolvimento público das mulheres no período (TOLLESON-RINEHART; CARROLL, 2006, p. 509, tradução nossa); ou ainda, que

Grande parte da ciência política se contentou em continuar com seus preconceitos e antolhos. Mesmo nos Estados Unidos, com um grupo de “mulheres e política” na American Political Science Association e um lugar estabelecido no currículo, o feminismo ainda é marginal no estudo da política, onde suas ambições normativas fornecem razões para suspeitar que reflete valores em vez de provas concretas (LOVENDUSKI, 1998, p. 351, tradução nossa)

Criticar a Ciência Política, no entanto, é um trabalho que poucos cientistas políticos têm feito ao longo da história (FERES, 2000, p. 105). Apesar disso, segundo Maglia e Peres (2019), tem crescido o interesse, pelo menos no Brasil, pela investigação dos processos históricos de construção da disciplina no país. Se “A Ciência Política é uma invenção norte-americana” (FERES, 2000, p. 97), contudo, discutir o surgimento e os desdobramentos da ciência política no Brasil, *locus* da produção discente analisada neste trabalho, tende a passar pela discussão de sua origem nos Estados Unidos<sup>14</sup>. Importa, portanto, compreender que ela esteve (e, em menor grau, ainda está<sup>15</sup>) irremediavelmente situada em termos de

<sup>13</sup> “Claro que a ideia de um esforço sistemático de compreensão da política é coisa bem mais antiga. O Platão das Leis e Aristóteles são candidatos óbvios ao título de fundadores desse tipo de reflexão. Desde então uma horda de pensadores sucedeu-os: gregos, romanos, italianos, espanhóis, ingleses, franceses etc. Em suma, a invenção do estudo sistemático da política não pode ser atribuída aos americanos. O que estes fizeram, de fato, foi criar uma profissão acadêmica especializada no estudo da política e institucionalmente separada do estudo da História e da Filosofia” (FERES, 2000, p. 97)

<sup>14</sup> Ver a discussão proposta por Melina Mörschbacher (2018) da ciência política norte-americana a partir de sua produção intelectual e representatividade profissional.

<sup>15</sup> Ver Women Also Know Stuff: Meta-Level Mentoring to Battle Gender Bias in Political Science de Boydstun; Brown; Dionne et al (2017)

gênero<sup>16</sup>; as razões disso, argumento, antecedem a formação da Ciência Política, mas são reforçadas pela estrutura da disciplina.

É possível argumentar que mulheres não constavam nem como sujeitos, nem como objeto de pesquisa política, porque elas simplesmente não estavam lá quando a Ciência Política foi criada; é possível argumentar, também, que fazia sentido que a Ciência Política delimitasse seu escopo e que esse escopo fosse o espaço público. O problema é que as mulheres estavam lá, politicamente ativas, desde 1848 e que eram extremamente visíveis<sup>17</sup>, enquanto Movimento pelo Sufrágio, quando da criação da American Political Science Association, em 1903 e da American Political Science Review, em 1906 (TOLLESON-RINEHART; CARROLL, 2006, p. 507–508); quanto à questão de escopo, o problema talvez não tenha sido o foco no público, mas a desconsideração de uma imbricação entre público e privado, como se as duas esferas pudessem ser suficientemente separadas e analisadas de maneira independente uma da outra (OKIN, 2008).

Assim, se a origem da disciplina no contexto norte-americano teve como característica uma profunda desigualdade de gênero como pano de fundo, tanto em termos de sujeitos como de objetos, no Brasil a situação não foi diferente e, de fato, é percebida até hoje. Nesse sentido, importa considerar a frequente negligência desse aspecto quando uma história da disciplina é contada. Mesmo estudos importantes sobre a institucionalização da Ciência Política no Brasil, dificilmente atentam para as suas desigualdades internas. Os motivos dessa negligência, no Brasil, podem estar relacionados à influência norte-americana, mas não só, já que “Ainda não dispomos de uma história que inclua as diversas experiências regionais do país, e sequer temos um volume suficiente de estudos de casos variados para subsidiar comparações. Tampouco temos uma história da disciplina que seja teoricamente orientada” (MAGLIA; PERES, 2019, p. 2).

Ainda assim, segundo Cristiana Maglia e Paulo Peres (2019), é crescente o número de produções preocupadas com as trajetórias da Ciência Política no país. Importa perceber, no entanto, que mesmo estes trabalhos, em que pese abordem a influência estrangeira, especialmente a norte-americana, como um fator importante na institucionalização da

---

<sup>16</sup> Para um panorama de como a disciplina esteve (e ainda está) situada em termos de classe e raça, ver “Desigualdades na elite da Ciência Política brasileira” (CÂNDIDO; FERES; CAMPOS, 2019)

<sup>17</sup> Visibilidade, no entanto, não é suficiente, uma vez que “Mulheres raramente se sentiram bem-vindas em uma disciplina cujas figuras líderes rejeitaram publicamente até seu direito ao voto” (TOLLESON-RINEHART; CARROLL, 2006, p. 509, tradução nossa)

disciplina<sup>18</sup> (KEINERT; SILVA, 2010; LEITE, 2016; MAGLIA, 2016; MAGLIA; PERES, 2019; SPINA FORJAZ, 1997), ignoram a importância do gênero nessa equação. Isso ocorre tanto ao ignorarem que a disciplina nos Estados Unidos se constituiu de forma androcêntrica, quanto ao ignorarem a influência dessa questão no contexto brasileiro.

Com efeito, dois dos mais recentes documentos elaborados pelas CAPES sobre a Ciência Política no Brasil: o “Relatório da Avaliação Quadrienal” (2017) e o “Documento de Área” (2019) não contêm sequer menção ao fator gênero na pós-graduação brasileira, ou seja, “a Capes simplesmente desconsidera a equidade de gênero como um item de avaliação da pós-graduação. O que não fornece nenhum incentivo para que a inserção de mulheres seja tratada como uma prioridade” (CÂNDIDO; FERES; CAMPOS, 2019, p. 574-575); em relação a isso, faz sentido o raciocínio de que,

O Direito, a Política, a Religião, a Academia, o Estado e a economia, áreas abordadas nas resenhas abaixo, são instituições dominadas por homens, e simbolicamente interpretadas a partir do ponto de vista de homens em posições de liderança, tanto no presente quanto historicamente. Essas instituições foram definidas pela ausência de mulheres. A única instituição em que as mulheres tiveram um papel central, definidor, embora subordinado, é a família.” (ACKER, 1992, p. 567, tradução nossa).

A compreensão da produção discente sobre gênero na Ciência Política brasileira, especialmente em tudo que é produzido em programas de pós-graduação na área, importa se considerarmos que política é sobre poder e poder sempre é generificado; importa, também, porque a efetiva inclusão do gênero no currículo tradicional da Ciência Política pode afetar positivamente tanto a igualdade de gênero na profissão, quanto a própria política (MÜGGE; EVANS; ENGELI, 2016)

Como argumentam Foster et al (2013), isso irá (i) aumentar a capacidade do aluno para a análise crítica dos discursos convencionais; (ii) lançar luz sobre os efeitos dos regimes de poder, tornando visíveis experiências e vozes tradicionalmente marginalizadas; e (iii) desestabilizar identidades normalizadas e naturalizadas que estruturam as relações de poder (MÜGGE; EVANS; ENGELI, 2016, p. 284, tradução nossa).

Consequentemente, a educação em ciência política tem o potencial de impactar a cultura cívica e política de forma mais ampla (Cassese e Bos, 2012, p. 221). Portanto, pode ser uma ferramenta fundamental para alcançar mais igualdade política (...) Em suma, há tanto a demanda dos alunos para aprender sobre gênero na sala de aula como um meio para interpretar as relações de poder ao redor do mundo, mas também a fim de informar seu próprio ativismo político além dos limites de um ambiente acadêmico (...) O desafio é convencer professores, predominantemente do sexo masculino, de que os alunos não podem entender completamente a política sem levar em conta o gênero. O objetivo não é adicionar “questões femininas” à lista de

<sup>18</sup> Sobre a institucionalização da disciplina, cabe uma diferenciação entre autonomia acadêmica e autonomia científica (LEITE; CODATO, 2013; MAGLIA, 2016)

estudos de caso interessantes a serem discutidos, mas demonstrar que o gênero é uma dimensão fundamental, mas politicamente negociada, das desigualdades sociais e das relações de poder. (MÜGGE; EVANS; ENGELI, 2016, p. 285–287, tradução nossa).

Ou seja, poderíamos argumentar que o gênero como parte fundamental nos currículos de Ciência Política poderia impactar a visão de Ciência Política que construímos ao longo das últimas décadas, afetando a organização dos paradigmas da disciplina.

### **Escolhas metodológicas e dados analisados**

*ou como lidei com as dúvidas e com os achados da pesquisa*

Responder a uma pergunta de pesquisa é sempre uma escolha discricionária. E depende, arrisco dizer, do tipo de análise que é possível fazer, levando em conta o tipo de dado, a forma como eles estão distribuídos, como podem ser organizados de maneira inteligível, quão replicável a pesquisa empreendida será e quão claras podem ser as respostas obtidas. “Pesquisar gênero é uma atividade feminista?” poderia ser uma pergunta altamente abrangente e, nesse sentido, decidi que precisava entender o panorama da pós-graduação em Ciência Política no Brasil para, a partir daí, determinar a pesquisa possível.

De maneira qualitativa e exploratória-descritiva (MARTINS, 2004) é que elaborei o acesso aos dados das teses e dissertações selecionadas para a análise proposta neste trabalho. Em termos de dados selecionados, considero exclusivamente teses e dissertações. Isso se deu pela minha localização enquanto pesquisadora de mestrado, e pela quantidade ainda pequena de produções críticas sobre o que estudantes de Programas de Pós-Graduação na área têm produzido, o que considerei relevante.

No curso da pesquisa sobre a pós-graduação em Ciência Política no Brasil e a realização de que existiam sessenta e um programas incluídos na Área de Avaliação de “Ciência Política e Relações Internacionais”, tornou-se evidente, para mim, que não havia, ainda, uma maneira uniforme de acessar os dados com os quais eu almejava trabalhar. A CAPES mantém uma Base de Dados Aberta com a totalidade de trabalhos de pós-graduação defendidos no Brasil desde a década de 1980. Essas tabelas estão, hoje, divididas por ano, com dados importantes sobre cada trabalho e, sempre que possível, com um link de acesso ao arquivo da tese ou dissertação completa na Plataforma Sucupira, ativa desde 2014. Assim, nem sempre os trabalhos estavam disponíveis, caso tivessem sido defendidos antes de 2014; nesse caso, o Programa de Pós-Graduação geralmente teria o trabalho em seu banco de dados, mas isso nem sempre ocorria.

A dificuldade de padronização de acesso aos dados, e a quantidade de trabalhos que não estavam disponíveis para a consulta, fez com o que eu optasse por uma pesquisa em profundidade, levando em conta somente o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, por alguns motivos relevantes. O PPGCP/UFRGS é o terceiro mais antigo do país, fundado em 1973 (MAGLIA, 2016; MAGLIA, PERES, 2019); é um dos poucos programas no Brasil em que há um Núcleo dedicado de pesquisa sobre gênero; é um dos programas que mais produziu sobre a temática nos últimos anos, junto de UFMG, UFPR e UNB e, por fim, está em uma das universidades que mais produz sobre gênero no país. (HOPPEN, 2021; MEDEIROS, 2021),

A seleção inicial dos dados, portanto, deu-se através do Banco de Dados mantido pelo PPGCP/UFRGS<sup>19</sup>, com a disponibilização dos trabalhos defendidos, ano da defesa, autora/autor, orientadora/orientador e título. Friso que neste Banco estão de fora duas informações bastante importantes que deveriam (ou poderiam) constar, são elas o resumo<sup>20</sup> e as palavras-chave.

Na primeira exploração, levei em conta os títulos<sup>21</sup> de trabalho que indicassem uma abordagem preocupada com questões de gênero, isso foi feito através da filtragem das palavras: *Gênero; generificado(a), genderizado(a), mulher(es), feminismo, feminista(s), feminino(a), sexo(s), sexual, sexuais*.

Entre os 548 trabalhos (325 dissertações de mestrado e 223 teses de doutorado)<sup>22</sup>, foram encontrados 20 que atendiam a algum dos descritores elencados acima (no título), demonstrando estar a pesquisa dentro de uma temática de gênero. Dos 20 trabalhos, 19 foram defendidos por mulheres<sup>23</sup>; 11 eram dissertações de mestrado, 9 eram teses de doutorado. Em matéria de orientação, Jussara Prá figurou como a professora que mais orientou trabalhos sobre a temática nas últimas décadas, em um total de 12 orientações dentro do campo dos

<sup>19</sup> O Banco de Teses e Dissertações do PPGCP/UFRGS foi consultado neste endereço: <https://www.ufrgs.br/politica/teses-e-dissertacoes/>

<sup>20</sup> “Após o título, o resumo é uma das partes mais lidas de um artigo científico. Nele, o leitor almeja encontrar um texto com aproximadamente 100 a 250 palavras cuja finalidade é fazer uma síntese das partes principais de um artigo”. (GARCIA; GATTAZ; GATTAZ, 2019, p. 4).”

<sup>21</sup> “geralmente a primeira e, em muitos casos, a única informação que o leitor tem durante seu levantamento bibliográfico acerca de um determinado assunto, que, se mal apresentado, pode afastar o público leitor”. (GARCIA; GATTAZ; GATTAZ, 2019, p. 3)”

<sup>22</sup> Até o fechamento deste trabalho, havia mais onze dissertações defendidas entre 2021 e 2022, entre elas, duas se enquadravam na temática de gênero, optei pela análise apenas até o final de 2020.

<sup>23</sup> Em um artigo chamado “Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos gêneros na crítica literária”, Ana Maria Vicentini reflete sobre mulheres pesquisarem sobre mulheres e se, com isso, não estaríamos reencenando a tragicomédia “isso é coisa de mulher” (VICENTINI, 1989, p. 48).

estudos de gênero, é dela também a primeira dissertação, no PPGCP/UFRGS, dentro da temática, em 1984.

Em virtude da pequena quantidade de produções sobre gênero em um programa de pós-graduação tão importante e tão tradicional no país, decidi que seria prudente considerar outras variáveis na seleção dos trabalhos. Uma vez que a lista elaborada pelo PPGCP/UFRGS continha apenas os títulos, transformei a lista fornecida pelo Programa em uma planilha de EXCEL, a fim de ter mais controle sobre os dados. Em seguida, fiz a checagem de disponibilidade dos trabalhos no Repositório Digital da UFRGS, o LUME, a partir do caminho:

***Lume Inicial > Teses e Dissertações > Teses e Dissertações defendidas na UFRGS > Ciências Humanas > Ciência Política.***

A conferência dos trabalhos seguiu a divisão anual feita pelo LUME. E os trabalhos foram acessados a partir do campo “AUTOR”. Optou-se pelo campo “AUTOR”, pois a plataforma reconhece os termos procurados de forma estrita; assim, se houvesse algum erro de grafia no título fornecido pela lista do PPGCP/UFRGS, o sistema não encontraria o trabalho (como de fato ocorreu nas primeiras tentativas). As consultas à Plataforma LUME foram feitas em conjunto com os dados disponibilizados pelo PPGCP/UFRGS pela maior segurança na dupla checagem dos trabalhos.

Essa conferência dos dados possibilitou uma visão geral dos trabalhos, permitindo o acesso a trabalhos que não continham nenhum dos descritores pensados no título, mas que empreendiam algum tipo de discussão com foco em gênero<sup>24</sup>. Dos trabalhos disponíveis para consulta, foi possível observar que, pelo menos 117 deles, que não eram sobre a temática de gênero, utilizaram gênero como categoria descritiva ou como categoria analítica em algum grau, geralmente baixo. Essa observação importa porque, embora sejam poucos os trabalhos explicitamente inseridos nos estudos de gênero, foi possível observar um entendimento crescente de que gênero é uma variável fundamental para análises políticas, principalmente em teses de doutorado defendidas no Programa, em comparação com as dissertações, o que pode estar relacionado com uma maior complexidade dos estudos a nível de doutorado.

---

<sup>24</sup> Entendi a necessidade de abrir trabalho por trabalho, porque o assunto no LUME, por vezes, era só “Ciência Política”. Claro que eu poderia considerar que se o trabalho fosse sobre gênero isso estaria explícito, mas a conferência se mostrou importante. Nesse movimento, optei por pesquisar apenas pela ocorrência da palavra gênero, uma vez que não interessavam diferenciações sexuais dicotômicas, homem-mulher, mas uma discussão sobre as relações de gênero contidas na temática do trabalho defendido.

Após a conferência de todos os trabalhos, os iniciais 20 trabalhos dentro dos parâmetros iniciais de pesquisa, ou seja, dentro da temática de gênero de forma mais direta e explícita, transformaram-se em 28 (25 disponíveis para download na Plataforma LUME). Os 8 trabalhos incluídos a partir da conferência total, foram identificados em função da aplicação dos parâmetros “**Gênero; generificado(a), genderizado(a), mulher(es), feminismo, feminista(s), feminino(a), sexo(s), sexual, sexuais**” no corpo do texto de cada trabalho.

Mesmo depois da checagem da totalidade dos trabalhos, observou-se que o número total de pesquisas sobre gênero ainda é muito pequeno se comparado à totalidade das 548 teses e dissertações defendidas no PPGCP/UFRGS desde 1977, ainda que a palavra gênero tenha aparecido em mais de  $\frac{1}{5}$  dos trabalhos<sup>25</sup>. Não foram incluídas no *corpus* definitivo de análise os trabalhos que apenas mencionaram gênero em algumas passagens, sem nenhuma preocupação teórica com o conceito, uso ativo como categoria de análise na pesquisa ou relação com uma perspectiva feminista.

As teses e dissertações analisadas aqui estão elencadas em tabela anexa contendo: Autora/Autor, Título, Orientadora/Orientador, Palavras-Chave, Ano de Defesa, Tipo de trabalho e de que forma o trabalho responde à pergunta proposta nesta pesquisa<sup>26</sup>, nessa ordem. A identificação dos trabalhos feministas atendeu à leitura flutuante (BARDIN, 1977) dos 25 trabalhos disponíveis na Plataforma Lume que atenderam aos critérios de seleção previamente estabelecidos e levantou pelo menos três pontos importantes.

O primeiro deles diz respeito ao fato de que as pesquisas preocupadas com as dinâmicas de gênero, em relação com o feminismo, tendem a deixar esse propósito muito claro desde o início, o que se observa pelas escolhas temáticas elencadas nos títulos, resumos e palavras-chave. Ou seja, todos os trabalhos que continham os descritores **Gênero; generificado(a), genderizado(a), mulher(es), feminismo, feminista(s), feminino(a), sexo(s), sexual, sexuais** no título, expressaram, no corpo dos trabalhos, expressões como

---

<sup>25</sup> Importa considerar, no entanto, que a simples menção à palavra gênero em uma pesquisa pode ser problemática. Nesse sentido, “técnicas de pesquisa feminista podem ajudar análises positivistas a evitar a essencialização do gênero como uma variável, assumindo que ela é fixa ou constante através do tempo e do espaço.” (ACKERLY; TRUE, 2017, p. 262).



“metodologia feminista” (CHERON, 2015, p. 177; GUARCHE RIBEIRO, 2019, p. 20; MORA, 2019, p. 49), “epistemologia feminista” (ALVES, 2016, p. 53; GUARCHE RIBEIRO, 2019, p. 84; SANTIN, 2019, p. 18; SCHUCK, 2017, p. 21), “perspectiva feminista” (CEGATTI, 2018, p. 24; CHERON, 2015, p. 54; VAZ, 2020, p. 19; ORSATO, 2013, p. 20; MORA, 2019, p. 246; SANTIN, 2019; SCAPINI, 2019, p. 29; SCHUCK, 2013; NEGRÃO, 2006, p. 113).

No corpo do texto, também foi possível identificar de maneira muito explícita a demarcação de uma atividade feminista, como em “Rumor, Gênero e Política em Cabo Verde: a circulação de rumores e a construção de imagem das mulheres nos processos de ocupação/ascensão de altos cargos nas estruturas do Estado”, quando Riga Silva escreve “A fim de contemplar as questões da pesquisa, os objetivos propostos e as hipóteses de trabalho nos baseamos nos aportes dos estudos feministas e de gênero em perspectiva interdisciplinar da Ciência Política e da Antropologia (SILVA, 2019, p. 20); ou em “Outras formas do político: vozes e lutas descolonizadoras de mulheres afrocampesinas nos Montes de María (Colômbia).”, onde Mayra Mora escreve “A partir de um enfoque crítico latino-americano, decolonial e feminista” (MORA, 2019)”. Télia Negrão também demarca muito bem sua posição, na dissertação de mestrado intitulada “Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social”, ao escrever que

O principal objetivo deste projeto é identificar no acesso das mulheres ao ambiente proporcionado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) a possibilidade de fortalecimento individual (empoderamento) e coletivo (formação de capital social) para o exercício da cidadania feminina de uma perspectiva feminista (NEGRÃO, 2006, p. 22)

Outros exemplos aparecem no trabalho de conclusão de mestrado: “Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia.”, no trecho “Assim, o presente trabalho busca refletir sobre os problemas de pesquisa acima expostos sob a ótica dessas correntes diversas dentro da teoria feminista (TEBALDI, 2015); na dissertação “Rumo à vitória com a permissão de Deus: campanhas eleitorais das vereadoras eleitas em 2016”, de Gabriela Scapini, onde há um trecho demarcando que a “A análise foi feita à luz das teóricas feministas e das autoras que debatem a intersecção entre gênero, religião e política. (SCAPINI, 2019). Outro exemplo aparece na dissertação de mestrado de Mayara Rita, “Representação na mídia das candidaturas à presidência nas eleições brasileiras em 2010 e em 2014: um recorte de gênero”, no resumo “A abordagem dos 194 textos selecionados deu-se através do uso da técnica de análise de conteúdo e tendo como suporte a Teoria política

feminista e seu debate em torno da díade esfera pública e esfera privada (RITA, 2018)”. A dissertação de mestrado de Raíssa Nothafft, “Intervenções com autores de violência doméstica e familiar na produção acadêmica nacional (2006-2015)” também é um exemplo da intersecção entre gênero e feminismo na pesquisa, quando a autora escreve “Esse artigo se inclui no debate sobre enfrentamento da violência de gênero a partir de uma perspectiva feminista crítica de gênero, direcionando o olhar às intervenções com autores de violência (NOTHAFT, 2016)”.

Houve, assim, um esforço explícito em demonstrar uma ligação entre a pesquisa de gênero e uma visão feminista de mundo na construção do fazer científico. A visão feminista de mundo, nesse sentido, estaria no lugar de base fundamental de análise do gênero para além da equiparação à mulher. Como em Santin (2019), onde o seguinte trecho sinaliza ao leitor de onde a autora está partindo “O presente estudo aborda o tema do encarceramento a luz das abordagens feministas e de gênero, enfatizando os fatores de exclusão social predominantes entre a população carcerária feminina (SANTIN, 2019)”; também Elena Schuck, em seus trabalhos de conclusão de mestrado e de doutorado sinaliza ao leitor, primeiro em 2013, “Considerando a posição de algumas teóricas feministas, pretendemos desenvolver uma reflexão associando o feminismo às teorias liberal, comunitarista e multiculturalista a fim de refletir sobre as dimensões políticas e ideológicas deste processo. (SCHUCK, 2013)” e posteriormente em 2017 “O desenvolvimento desta tese justifica-se pela necessidade de mapear o acúmulo de capital simbólico e científico – que permearam as trocas, os conflitos e diálogos estabelecidos entre a reflexão feminista francesa e brasileira (SCHUCK, 2017).

Um segundo ponto importante apareceu no uso da expressão “questão de gênero” (LINHARES, 2006, p. 80), presente tanto em trabalhos cujo gênero era uma das questões centrais, quanto em trabalhos onde gênero apareceu descolado de uma abordagem mais complexa. Francine Vaz, em das dissertações dentro da temática de gênero analisadas por este trabalho, problematiza a questão:

Faz-se necessário apontar que tal discussão de gênero insere-se em um campo mais amplo das pautas feministas: a noção de patriarcado. Mais do que isso, o uso do conceito de gênero e das implicações por ele carregadas – como o binarismo intrínseco entre homem versus mulher –, é tão problemático quanto o uso genérico de termos que se pretendam neutros na sua coletividade. (VAZ, 2020, p. 17)

O uso de gênero como categoria descritiva, sem uma análise complexa relacional tem pelo menos dois motivos, um deles diz respeito ao fato de que “frequentemente gênero é tratado simplesmente como uma característica descritiva” (RITTER, MELLOW, 2000, p. 123,

tradução nossa); assim, a “questão de gênero” não seria diferente de uma “questão das mulheres”, ou da questão da desigualdade política, quase como uma constante que é levantada sempre que quer-se sinalizar ao leitor que aquele trabalho sabe da existência de uma questão importante, embora não a tenha analisado em profundidade. Outra possibilidade é o fato de que a “questão de gênero” é, de fato, extremamente complexa e, não raro, exigiria mais do que alguns parágrafos de análise para satisfazer aos mais exigentes em sua defesa. Terezinha Vergo, na tese de doutorado “Políticas Públicas de Gênero e a Resposta Jurisdicional no Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres” elucida essa problemática melhor do que eu ao argumentar que

As possibilidades teórico-metodológicas com base nas teorias políticas e feministas para o uso da construção do objeto de estudo, a relação do Poder Judiciário e a Lei Maria da Penha, tornam-se um desafio, pois, justamente, ao construí-lo é necessário desfazer compreensões misóginas, discriminatórias e excludentes que dizem ao que é ser mulher (VERGO, 2017, resumo)

Um terceiro ponto fundamental foi a dificuldade, se não impossibilidade, de explicar a mim mesma o que eu tentava responder enquanto lia cada um dos trabalhos. Trabalhos que não se colocavam como feministas, mas que empreendiam uma análise profunda utilizando gênero como categoria analítica em temas cujo uso de gênero não é tão comum poderiam ser considerados feministas? Como é o caso da tese de doutorado de Melina Mörschbacher (2017). Trabalhos que pesquisaram organizações feministas, sem se identificarem explicitamente enquanto pesquisa feminista estavam realizando uma atividade feminista? Como no exemplo da dissertação “Empoderamento e ONG: limites e possibilidades” (FEIJÓ, 2006). Por fim, a pergunta de pesquisa que eu propus era, de fato, relevante? Os achados deste trabalho não são superficiais demais?

Entre as teses e as dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, cerca de 5% foram sobre gênero de maneira direta. Desses 5%, a quase totalidade relacionou gênero a feminismo, o que respondeu de forma parcial à minha pergunta de pesquisa. Sim, as/os autoras/autores que se propuseram a desenvolver uma pesquisa voltada para gênero como elemento central de forma complexa, lincaram gênero e feminismo. Mas se considerarmos os trabalhos que mencionaram gênero em algum ponto do texto, como categoria descritiva, essa ligação não ocorreu.

Pretensioso, o “conceito” de gênero foi aos poucos sendo incorporado por afiliações teóricas nas ciências humanas e sociais (e mesmo fora delas). Algumas dessas teorias o abordam como um conceito útil e até iluminador de questões, mas não o tendo como um elemento central de suas considerações – tais afiliações teóricas

estariam operando com “teorias e gênero” –, e outras, bem mais coerentes a meu ver, o absorvem substantivamente, fazendo-o ocupar sempre uma posição de pivô e de destaque – estas seriam o que definimos aqui por “teorias de gênero” com um viés feminista (MATOS, 2008, p. 335-336)

A conclusão mais intuitiva para isso reside no fato de que há uma diferença entre a pesquisa ativa sobre gênero e a pesquisa que apenas menciona gênero, mas essa diferença deveria ocorrer? Se entendemos gênero como um fato político que molda as relações de poder, se consideramos que um dos grandes temas da Ciência Política é justamente o estudo dessas relações, não parece contraproducente que gênero não seja um dos temas mais discutidos na disciplina? Analisar a produção discente é, também, analisar o estado da Ciência Política no Brasil e, por consequência, a sua evolução.

É perceptível que o número de trabalhos sobre gênero cresceu de forma acentuada na última década, mas não parece exagerado dizer que esse crescimento ainda é extremamente baixo. Até quando a Ciência Política resistirá à real inclusão de estudos de gênero e feminismo para além da margem?

## **Conclusões**

*ou como não passei incólume pelo mestrado. ainda bem.*

Pesquisar gênero é uma atividade feminista? Deveria ser. Mas responder a essa pergunta depende de uma série de fatores. A pesquisa sobre gênero na Ciência Política é sempre acompanhada de variáveis complexas, ela nunca é apenas gênero. E não é apenas gênero, porque nada é só gênero. A definição do que é pesquisar também é importante aqui; incluir gênero como variável descritiva é pesquisar gênero? Reconhecer que gênero importa, ainda que não haja um aprofundamento na temática, é pesquisar sobre gênero? A pesquisa de gênero está necessariamente constricta a nichos específicos, como a teoria política, nos programas de pós-graduação? O fato de haver disciplinas dedicadas aos estudos de gênero é suficiente para acabar com o *gap* da pesquisa em gênero na Ciência Política?

De maneira ampla, pesquisar gênero não é uma atividade feminista precisamente porque é possível reconhecer a importância da temática de gênero sem haver real engajamento em alguma mudança social, sem mudança do *status quo*. Pesquisar gênero na Ciência Política ainda é uma atividade em desenvolvimento; em sua tese “A política no "feminino": diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados (1950-2015)”, Cristina Altmann aponta que “Os estudos sobre os processos de seleção e de afirmação das elites políticas no Brasil raramente têm considerado

as relações existentes entre as construções de gênero” (ALTMANN, 2019, p. 26); Douglas Alves, na tese “Movimento LGBT, participação política e hegemonia”, defendida em 2016, argumenta que “problemas teóricos e políticos ligados à sexualidade e ao gênero tornam-se importantes no estudo dos mecanismos e dispositivos que impõem a norma social e cultural que relega para certas pessoas o estatuto de inferioridade” (ALVES, 2016, p. 15).

É verdade que esse desenvolvimento é cada vez mais rápido e tem cada vez mais adeptas, exemplo disso é o compromisso assumido por vários trabalhos ao se estabelecer no âmbito dos estudos feministas, como Amanda Cegatti, na dissertação “Violência de gênero contra as mulheres e cultura política no Brasil e na Argentina”, de 2019, ao explicitar “O artigo é situado no âmbito dos estudos feministas e da cultura política, e advoga que uma cultura política democrática é condição necessária para a plena efetivação dos direitos humanos das mulheres. (CEGATTI, 2019); como Florência Guarche em “A trajetória do Movimento de Mulheres no Noroeste do Curdistão: A institucionalização do Confederalismo Democrático e da Jineologî (1984 - 2019), ao explicitar que “No plano teórico, utilizam-se os aportes da epistemologia feminista, desde a teoria do ponto de vista, a fim de avaliar a construção coletiva das lutas das mulheres contra o patriarcado e em busca da autonomia democrática (GUARCHE, 2019); entre outros trabalhos, ao declararem o uso de “metodologias feministas”, de se utilizarem explicitamente de um “aporte teórico feminista”, de escritos da “teoria política feminista” (RITA, 2018, p. 15; ORSATO, 2013, p. 226; PROSENEWICZ, 2018, p. 49; VERGO, 2017, p. 10) ou de relembrares às leitoras seu “compromisso com uma visão feminista de mundo”, de proporem uma análise “à luz da teoria feminista crítica de gênero” (NOTHAFT, 2016, p. 13), ou de uma “abordagem de gênero desde a perspectiva feminista” (SILVA, 2019, p. 36). Mas há, ainda, caminhos complexos, e interessantes, pela frente.

Lembro do primeiro almoço após o término da primeira aula da Pós-Graduação no Campus do Vale da UFRGS, só mulheres, todas pesquisando gênero, todas feministas, todas conscientes das dificuldades da vida acadêmica, todas absolutamente dispostas a defenderem uma visão feminista de mundo. Embora pesquisar gênero na Ciência Política ainda encontre resistências, questionamentos sobre a cientificidade dos trabalhos (o que é sempre válido), há problemas que precisam mais do que o crescente número de trabalhos acadêmicos sendo defendidos em programas de pós-graduação no Brasil, principalmente quando consideramos as incontáveis tentativas de bloqueio à pesquisa no país, em termos de diminuição do repasse

de verbas públicas, defasagem de bolsas de estudo, ou mesmo o não reconhecimento da pesquisa como um trabalho real.

Mas o gênero, eu falava do gênero. Os problemas da ausência de uma “linguagem comum de gênero”, já alertava Karen Beckwith (2005), na primeira edição da revista “Gender and Politics” no âmbito da *American Political Science Review*, podem ser os causadores tanto da intercambialidade de conceitos, quanto da resistência da Ciência Política tradicional em incorporar estudos de gênero no escopo dos estudos políticos. Essa resistência resulta se não na desconsideração do gênero como fator fundamental nas análises conduzidas sobre política, na criação de nichos específicos, separados e, na maioria das vezes, marginalizados onde o tema pode ser discutido dentro da Academia.

Isso não significa, por óbvio, que os estudos de gênero sejam os únicos a serem marginalizados dentro de uma área específica de estudos (em número absurdamente menor do que estudos de gênero na Ciência Política estão os estudos sobre raça, por exemplo). Além disso, há de se reconhecer a multidisciplinariedade dos estudos de gênero, construídos a partir das mais diversas disciplinas e, sobretudo, a partir das experiências de mulheres, não homogêneas, em movimentos de reivindicação de direitos.

O objetivo proposto neste trabalho, nesse sentido, foi compreender se a pesquisa de gênero na Ciência Política seria uma atividade feminista, uma vez que os principais objetos de estudo da Ciência Política, ainda que discutíveis, sempre estiveram associados a características masculinas, a exemplo do que se convencionou por espaço público, do Estado e do poder.

Importa, ainda, ter em conta que a intenção deste trabalho não foi colocar teses e dissertações sobre gênero dentro de caixas classificatórias a respeito do que é ou não feminista. De nenhuma forma se observaria um ganho real em termos de avanço científico ao engessar um sem número de trabalhos que, muitas vezes, propõe justamente a subversão de uma lógica positivista que determina o que é científico o suficiente para ser ensinado como disciplina acadêmica. Antes disso, há questionamentos necessários a serem feitos através de uma pesquisa mais abrangente, em termos de análise de uma quantidade maior de dados. O fato é que pesquisar a produção discente de um Programa de Pós-Graduação em que eu também estou inserida foi tarefa difícil, ao mesmo tempo que satisfatória. Escrevo aqui como relato, mas também como lembrança permanente das dificuldades encontradas ao longo de

um mestrado que esteve em meio a uma pandemia, paralisação de aulas presenciais, readequação do NIEM para encontros virtuais ao longo de 2020 e uma série de acontecimentos que me atravessaram e me exigiram diversos recálculos de rota.

Toda vez que perguntada sobre o que era a minha pesquisa, sentia menos legitimidade naquilo que eu estava propondo; eu, mestrande de Ciência Política e pesquisadora com um forte interesse nos estudos de gênero e teoria política feminista, analisando outros trabalhos que facilitaram, de uma forma ou de outra, o meu caminho até aqui. Sempre me pareceu arrogante a análise da produção discente sendo eu também discente. Por isso friso a não intenção de classificar os trabalhos em menos ou mais feministas; afinal, quem analisar o meu trabalho dirá que ele é feminista? E qual o peso dessa definição?

Minha investigação nasceu de uma inquietação de quem não tinha familiaridade com a área e quis entender quais eram as dificuldades enfrentadas pelas pesquisas de gênero e feminismo na Ciência Política. Como toda pesquisa, o foco dessa curiosidade foi mudando na medida em que o tempo e as leituras se acumularam dentro e fora da minha cabeça. Ao decidir questionar “se pesquisar gênero é uma atividade feminista”, tentei ao máximo simplificar o que muitas vezes foi complicado para mim. Não é mais fácil pesquisar gênero sem dizer que sou feminista?<sup>27</sup>

Na área científica as mulheres também são pouco vistas. No Brasil ainda há uma luta pelo reconhecimento, legitimidade e pela busca de investimentos para “Estudos Feministas”. Há dificuldades de publicações e de representatividade na esfera do poder nas pesquisas científicas em diversas áreas. (PROSENEWICZ, 2018, p. 51)

Meu trabalho não seria aceito com mais facilidade? Assumir um compromisso de pesquisa feminista não me coloca em uma posição menos científica em comparação àqueles explicitamente comprometidos com um dos grandes paradigmas da Ciência Política?

A experiência de acessar os mais de 500 trabalhos defendidos, em quase 50 anos de história do PPGCP/UFRGS, foi das mais interessantes. Primeiro pela confirmação da pequena quantidade de trabalhos sobre gênero, cuja grande maioria eu já conhecia (seja por ter conhecido as autoras em algum momento, seja pelo compartilhamento da orientação, seja pela admiração distante de construção de trabalhos com tamanha qualidade); segundo pela descoberta de trabalhos cujo esforço de complexificar a temática de gênero era altamente visível, ainda que sem um aporte feminista e; terceiro, pela certeza de que apesar da solidão

---

<sup>27</sup> Constância Lima Duarte argumenta que diferente do que ocorre em outros países, no Brasil haveria uma resistência à palavra feminismo (DUARTE, 2003)

da pesquisa, expressa no início deste trabalho, não está sozinha quem pesquisa gênero e feminismo na Ciência Política. A pesquisa é, para todos os efeitos, um trabalho coletivo. Ainda bem.

## BIBLIOGRAFIA

ABELS, Gabriele; WOODS, Dorian. the status of women in german political science. *Eur Polit Sci* 14, 87–95 (2015). Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/eps.2015.5>> Acesso em 30 jan 2020.

ACKER, Joan. From role to Gendered Institutions. *Contemporary Sociology*, v. 21, n. 5, p. 565–569, 1992. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2075528>> Acesso em 30 jan 2020.

ACKERLY, B.; TRUE, J. With or without feminism? Researching gender and politics in the 21st century. *European Journal of Politics and Gender*, v. 1, n. 1, p. 259–278, 2018. Disponível em: <<https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/ejpg/1/1-2/article-p259.xml>> Acesso em 17 fev 2021.

ALLEN, Nicholas; SAVIGNY, Heather. Experiencing gender in UK political science : The results of a practitioner survey. *The British Journal of Politics and International Relations*. 2016;18(4):997-1015. Disponível em: <[10.1177/1369148116658850](https://doi.org/10.1177/1369148116658850)> Acesso em 30 jan 2020.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *Rev. Estudos Feministas*, v. 3 n. 2. p. 458-463. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>> Acesso em 30 jan 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Editora Edições 70. (Tradução de Luís Antero Retoe Augusto Pinheiro), 1977.

BECKWITH, Karen. A Common Language of Gender? In.: **The Concept of Gender: Research Implications for Political Science**. 2005  
Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/common-language-of-gender/5A53367A8675EE8DAE21EFEFB8C21B81>> Acesso em 30 jan 2020.

BIROLI, Flávia. Teorias Feministas da Política, Empiria e Normatividade. *Lua Nova* (102) Sep-Dec 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-173210/102>> Acesso em 30 jan 2020.

CANDIDO, Maria Rangel.; FERES, João.; CAMPOS, Luis Augusto. Desigualdades na elite da Ciência Política brasileira. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 3, p. 564, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33488>

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Rev. Estudos Avançados*, v. 17, n. 49. p. 117-132. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>> Acesso em 30 jan 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Rev. Estudos Feministas*, v. 10, n. 1. p. 171-188. 2002. Disponível em:



<<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBOO/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 5 jun 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1. p. 99-127. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>> Acesso em 5 jun 2022.

DUARTE. Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, v.17, n. 49. p. 151-172, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9950/11522>> Acesso em 5 jun 2022.

EASTON, David. “Political Science in the United States: Past and Present.” **International Political Science Review** / Revue Internationale de Science Politique 6, no. 1 (1985): 133–52. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1600975>> Acesso em 30 jan 2020.

FEDERICI. Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São. Paulo: Elefante, 388 p, 2018.

FERES, João. Aprendendo com os erros dos outros: O que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 15, n. nov, p. 97–110, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/HbBNHVcSHrvG6jcHdkJLSYh/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 30 jan 2020.

GARCIA, Débora; GATTAZ, Cristiane; GATTAZ, Nilce. A Relevância do Título, do Resumo e de Palavras-chave para a Escrita de Artigos Científicos. **Rev. adm. contemp.** v. 23, n. 3. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190178>> Acesso em 2 mar 2022.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos - Historiografia**, Rio de Janeiro, v.9, nº 17, p.59-84, 1996. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2022>> Acesso em 2 mar 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. (5) p. 7-41. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>> Acesso em 2 mar 2022.

hooks, bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2015, n. 16, p. 193-210. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>> Acesso em 2 mar 2022.

HOPKINS, Anne H. Observations on Gender, Political Science, and the Academy. **The Journal of Politics**, v. 55, n. 3, p. 561–568, 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2131988>> Acesso em 30 jan 2020.

HOPPEN, Natascha Helena Franz. **Retratos da pesquisa brasileira em estudos de gênero: análise cientométrica da produção científica**. 2021. 389p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/220744>

KANTOLA, Johanna. political science as a gendered discipline in finland. *Eur Polit Sci* 14, 79–86 (2015). Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/eps.2015.4>> Acesso em 30 jan 2020

KEINERT, F.; SILVA, D. A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 22, n. 1, p. 79–98, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/f44fJDMLyV3RcWzz5hfkpBJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 jan 2020.

KELLER. Evelyn Fox. Feminism and Science. **Signs**, v. 7, n. 3. Feminist Theory, p. 589-602. 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3173856>. Acesso em 30 jan 2020.

KRAUSS, Wilma. R. Political Implications of Gender Roles : A Review of the Literature. **The American Political Science Review**, v. 68, n. 4, p. 1706–1723, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1959952>. Acesso em 30 jan 2020.

LEITE, Fernando. Tradições disciplinares e tradições intelectuais na trajetória da ciência política brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 78, p. 587–605, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/tbWDTDb5XGOC7NT6pXRGsyt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 jan 2020.

LEITE, Fernando; FERES, João. A Ciência na Ciência Política Brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2021, n. 34, e222017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.222017>

LOVENDUSKI, Joni. Gendering Research in Political Science. **Annual Review of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 333–356, 1998. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.polisci.1.1.333>. Acesso em 25 jan 2020.

LUGONES, MARÍA. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa, Bogotá , n. 9, p. 73-102, 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 10 jun 2021.

MAGLIA, Cristiana. **A Construção acadêmica da Ciência Política no Brasil: Formação, evolução, e perfil da disciplina no Rio Grande do Sul**. 2016. 81p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/134204>>. Acesso em 20 jan 2020.

MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo. Ciência Política na Ufrgs: Formação, evolução e perfil da produção científica. Civitas - **Revista de Ciências Sociais** [online]. 2019, v. 19, n. 3, p. 625-645. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33468>>. Acesso em 21 mar 2020.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 440, p. 333-357. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200003>> Acesso em 30 jan 2020.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa** [online]. 2004, v. 30, n. 2, p. 289-300. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>> Acesso em 30 jan 2020.

MEDEIROS, Thais Dias. **Estudos de gênero no Brasil : produção, colaboração e citações no periódico Cadernos Pagu**. 2021. 150p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/230832>> Acesso em 14 mai 2022

MORSCHBACHER, Melina. **A ciência e a política da ciência: pluralismo intelectual e diversidade profissional na ciência política norte-americana**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 247 p. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/184594>> Acesso em 30 jan 2020.

MÜGGE, Liza; EVANS, Elisabeth; ENGELI, Isabelle. introduction: gender in european political science education – taking stock and future directions. *Eur Polit Sci* 15, 281–291 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/eps.2015.72>> Acesso em Acesso em 24 mai 2021

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Eds.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. p. 55– 79, 2013.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 30 jan 2020.

PHILLIPS. Anne. O que há de errado com a democracia liberal? *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 339-363. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mwHFyKnvmctTFbxnxrJLGSD/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 30 jan 2020.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu** [online]. 2014, n. 43, p. 169-196. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430169>> Acesso em 31 jan 2020.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria, GROSSI, Mirian Pillar (org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RITTER, Gretchen; MELLOW, Nicole. The State of Gender Studies. **The Annals of The American Academy**, v. 517, 2000. p. 121-134. Disponível em: <[10.1177/000271620057100109](https://doi.org/10.1177/000271620057100109)> Acesso em 31 jan 2020.

ROQUEÑI, Carmen. Feminización de la Licenciatura en Ciencia Política en México. ¿Igualdad de oportunidades o inclusión desigual? *Estudios Políticos*, Época 9, núm. 32 (mayo-agosto, 2014). p. 153-17. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0185-1616\(14\)70585-2](http://dx.doi.org/10.1016/S0185-1616(14)70585-2)> Acesso em 22 mai 2022.

OKIN, Susan. Gênero, o Público e o Privado. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p.305–332, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>> Acesso em 31 jan 2020.

SAPIRO, Virginia. **Feminist Studies and Political Science** — and Vice Versa. p. 291–310, 1995.

SARDEMBERG, Maria Cecília Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In **X Encontro da REDOR** (NEIM, UFBA, Salvador, 29 de outubro a 1 de novembro de 2001). Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>> Acesso em 31 jan 2020.

SPINA FORJAZ, M. C. A EMERGÊNCIA DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, 1997. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091997000300007&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300007&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 31 jan 2020.

TOLLESON-RINEHART, Sue; CARROLL, Susan J. “Far from ideal:” the gender politics of political science. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 507–513, 2006. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27644377>> Acesso em 31 jan 2020.

TORRES, Velia Carral; ARANZA, Marianna; VIESCA, Karla. La perspectiva de género en el estudio de la ciencia política mexicana (2010-2020). **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 65, n. 240.

VICENTINI, Ana Maria. Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos gêneros na crítica literária. **Cad. Pesq. São Paulo** (70), p. 47-52, 1989. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n70/n70a05.pdf>> Acesso em 12 jun 2022.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil. Um debate**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90380/241321.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 12 jun 2022.

## TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS

ALTMANN, Cristina. **A política no "feminino": diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados (1950-2015)**. 2019. 168p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/197559>> Acesso em 1 mar 2022.

ALVES, Douglas Santos. **Movimento LGBT, participação política e hegemonia**. 2016. 251p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/156328>> Acesso em 1 mar 2022.

RITA, Mayara Bacelar. **Representação na mídia das candidaturas à presidência nas eleições brasileiras em 2010 e em 2014: um recorte de gênero**. 2018. 116p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/179475>> Acesso em 1 mar 2022.

SILVA, Riga Anilsa Borges Da. **Rumor, Gênero e Política em Cabo Verde: a circulação de rumores e a construção de imagem das mulheres nos processos de ocupação/ascensão de altos cargos nas estruturas do Estado.** 2019. 187p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/201772>>Acesso em 1 mar 2022.

CEGATTI, Amanda Carolina. **Violência de gênero contra as mulheres e cultura política no Brasil e na Argentina.** 2018. 63p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10183/175314>>Acesso em 1 mar 2022.

CHERON, Cibele. **Gênero e Mercado de Trabalho: uma análise a partir da Região Metropolitana de Porto Alegre para a agenda pública brasileira.** 2015. 234p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/129002>>Acesso em 1 mar 2022.

CORADINI, Lucas. **Jovens e Mulheres na agenda de políticas públicas para o rural: o problema da reprodução social da agricultura familiar.** 2016. 124p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/150323>>Acesso em 1 mar 2022.

FEIJÓ, Daniela Santana. **Empoderamento e ONG: limites e possibilidades.** 2006. 148p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/85169>>Acesso em 1 mar 2022.

GUARCHE RIBEIRO, Maria Florencia. **A trajetória do Movimento de Mulheres no Noroeste do Curdistão: A institucionalização do Confederalismo Democrático e da Jineologî (1984 - 2019).** 2019. 109p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/193052>>Acesso em 1 mar 2022.

GUIMARÃES JÚNIOR, Antonio Monteiro. **Magistrados Assessores no Supremo Tribunal Federal: Trajetórias, conexões e composições - Período de 2010 a 2018.** 2020. 90p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/229972>>Acesso em 1 mar 2022.

LINHARES, Bianca de Freitas. **A Cultura Política Porto-Alegrense: tributos e confiança institucional.** 2006. 133p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/8672>>Acesso em 1 mar 2022.

MORA, Mayra Lucia Sanchez. **Outras formas do político: vozes e lutas descolonizadoras de mulheres afrocampesinas nos Montes de María (Colômbia).** 2019. 276p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/213380>>Acesso em 1 mar 2022.

MÖRSCHBÄCHER, Melina. **A Ciência Política e a Política da Ciência: Pluralismo intelectual e diversidade profissional na Ciência Política Norte Americana.** 2018. 247p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018.

Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/10183/184594>>Acesso em 1 mar 2022.

NEGRÃO, Télia. **Ciberspaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social.** 2006. 164p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/10183/8320>>Acesso em 1 mar 2022.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. **Intervenções com autores de violência doméstica e familiar na produção acadêmica nacional (2006-2015).** 2016. 61p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/148960>>Acesso em 1 mar 2022.

ORSATO, Andréia. **Como Mulher e Deputada - Uma caracterização da presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.** 2013. 279p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/78158>>Acesso em 1 mar 2022.

PROSENEWICZ, Ivania. **Violência Doméstica e Familiar: representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia.** 2018. 142p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/10183/182970>>Acesso em 1 mar 2022.

SANTIN, Andria Caroline Angelo. **Perspectivas feministas, interseccionalidades e o encarceramento de mulheres no Brasil (2006-2018).** 2019. 189p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/197039>>Acesso em 1 mar 2022.

SCAPINI, Gabriela Luiz. **Rumo à vitória com a permissão de Deus: campanhas eleitorais das vereadoras eleitas em 2016.** 2019. 114p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/201521>>Acesso em 1 mar 2022.

SCHUCK, Elena de Oliveira. **A Lei de Proibição da Burca na França: Reflexões sobre justiça e liberdade para as mulheres.** 2013. 32p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/102189>>Acesso em 1 mar 2022.

SCHUCK, Elena de Oliveira. **Feminismos em movimento: mapeando a circulação do pensamento feminista entre Brasil e França.** 2017. 175p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/168982>>Acesso em 1 mar 2022.

TEBALDI, Raquel. **Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia.** 2015. 71p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/129005>> Acesso em 1 mar 2022.

VAZ, Francine Magalhães. **A Política e o Internacional: atuação dos governos brasileiros na temática de gênero (1995-2015).** 2020. 63p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/213045>> Acesso em 1 mar 2022.

VERGO, Terezinha Maria Woelffel. **Políticas Públicas de Gênero e a Resposta Jurisdicional no Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres.** 2017. 137p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/172923>> Acesso em 1 mar 2022.

WEIMER, Sarah Francieli Mello. **Padrões de recrutamento das desembargadoras do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.** 2020. 77p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/216081>> Acesso em 1 mar 2022.

**Tabela com os Dados das Teses e Dissertações Analisada**

<b>Autora</b>	<b>Título</b>	<b>Orientadora</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo</b>	<b>Download</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Pesquisar gênero enquanto uma atividade feminista</b>
ALTMANN, Crisima	A política no "feminino": diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados (1950-2015)	Odaí Luiz Corradini	2019	Tese	Sim	Elites políticas; Recrutamento; Mulheres; Recursos Sociais; Carreiras Políticas	SIM
ALVES, Douglas Santos	Movimento LGBT, participação política e hegemonia	Jussara Reis Prá	2016	Tese	Sim	movimento LGBT, hegemonia, participação política, teoria Queer, marxismo.	SIM
BARBOSA, Miriam Possamai	Gênero, Feminismo e Identidade Política	Jussara Reis Prá	2003	Dissertação	Não disponível	Não se aplica	Não se aplica
BORGES DA SILVA, Rígia Anílsa	Rumor, Gênero e Política em Cabo Verde: a circulação de rumores e a construção de imagem das mulheres nos processos de ocupação/ascensão de altos cargos nas estruturas do Estado	Jussara Reis Prá	2019	Tese	Sim	Rumor, Feminismo, Mulheres, Cabo Verde, Imagem, Política, Luta, Resistência	SIM
CEGATTI, Amanda	Violência de gênero contra as mulheres e cultura política no Brasil e na Argentina	Jussara Reis Prá	2018	Dissertação	Sim	Violência de Gênero Contra as Mulheres; Direitos Humanos; Cultura Política; Brasil; Argentina.	SIM
CHERON, Cibele	Gênero e Mercado de Trabalho: uma análise a partir da Região Metropolitana de Porto Alegre para a agenda pública brasileira	Jussara Reis Prá	2015	Tese	Sim	gênero, políticas públicas, mercado de trabalho, capital social, empoderamento.	SIM
CORADINI, Lucas	Jovens e Mulheres na agenda de políticas públicas para o rural: o problema da reprodução social da agricultura familiar	Jussara Reis Prá	2016	Tese	Sim	políticas públicas; agricultura familiar; gênero; juventude	NÃO
EPPING, Léa	Construções de Gênero e Socialização Política no Imaginário Juvenil Brasileiro	Jussara Reis Prá	2010	Dissertação	Não disponível	Não se aplica	Não se aplica
FEIJÓ, Daniela Santana	Empoderamento e ONG: limites e possibilidades	Céli Regina Jardim Pinto	2006	Dissertação	Sim	legitimidade; representatividade; empoderamento; igualdade; diferença	NÃO
GUARCHE RIBEIRO, Maria Florencia	A trajetória do Movimento de Mulheres no Noroeste do Curdistão: A institucionalização do Confederalismo Democrático e da Jinecologí (1984 - 2019)	Jussara Reis Prá	2019	Dissertação	Sim	Curdistão; Capital Social; Epistemologia feminista; Confederalismo Democrático e Jinecologí.	SIM



<b>Autora</b>	<b>Título</b>	<b>Orientadora</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo</b>	<b>Download</b>	<b>Palavras-chave</b>	
LINHARES, Bianca de Freitas	A Cultura Política Porto-Alegrense: tributos e confiança institucional		2006	Dissertação		Magistrados, Assessores, STF, Trajetórias profissionais, Burocracias profissionais, cultura política; impostos; cidadãos; confiança institucional; porto alegre	NÃO
						mulheres afro-campesinas, resistência, despojo, agroturismo, altergeografia do poder, Montes de Maria.	
	A Ciência Política e a Política da Ciência: Pluralismo intelectual e diversidade profissional na Ciência Política Norteamericana	Paulo Sérgio Peres	2018	Tese			
			2006	Dissertação			
			2016	Dissertação			
			1984	Dissertação	Não disponível	Não se aplica	Não se aplica
PROSENEWICZ, Ivania	Violência Doméstica e Familiar: representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia	Ligia Mori Madeira	2018	Tese	Sim	mulher; feminismo; violência doméstica e familiar; representações sociais; políticas públicas.	SIM
RITA, Mayara Bacelar	Representação na mídia das candidaturas à presidência nas eleições brasileiras em 2010 e em 2014: um recorte de gênero	Maria Lucia Rodrigues de Freitas Moritz	2018	Dissertação	Sim	Gênero, Candidaturas femininas, Eleições presidenciais, Mídia impressa, Jornalismo de revista	SIM

<b>Autora</b>	<b>Título</b>	<b>Orientadora</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo</b>	<b>Download</b>	<b>Palavras-chave</b>	
			2019	Tese		Feminismos, interseccionalidades, mulheres negras, encarceramento feminino, tráfico de drogas.	SIM
			2019	Dissertação			
			2013	Dissertação			
	Reconhecimento e redistribuição: estratégias de empoderamento na relação entre mulheres e mídia	Hélio Ricardo do Couto Alves	2015	Dissertação			
			2020	Dissertação			
	Padrões de recrutamento das desembargadoras do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Fabiano Engelmann	2020	Dissertação	Sim	Recrutamento; Diversificação; Mulheres; Espaço Jurídico; Elites Jurídicas; Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.	NÃO